

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	10
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	11
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	20
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	23
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	24
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	25
Demonstração de Valor Adicionado	26

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	28
---	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	106
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	107
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	109
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	110

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	77.421.581
Preferenciais	0
Total	77.421.581
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	1.893.388	1.843.019	1.523.415
1.01	Ativo Circulante	124.066	112.484	147.091
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	54.883	51.979	87.395
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	1.268	1.282
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	1.268	1.282
1.01.03	Contas a Receber	63.138	43.325	46.145
1.01.03.01	Clientes	63.138	43.325	46.145
1.01.04	Estoques	2.368	2.081	1.479
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.251	11.064	8.885
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.251	11.064	8.885
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições	1.251	11.064	8.885
1.01.07	Despesas Antecipadas	151	145	132
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.275	2.622	1.773
1.01.08.03	Outros	2.275	2.622	1.773
1.01.08.03.01	Serviços prestados	514	1.183	112
1.01.08.03.02	Outros créditos	1.761	1.439	1.661
1.02	Ativo Não Circulante	1.769.322	1.730.535	1.376.324
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.142	1.593	452
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.142	1.593	452
1.02.01.09.03	Depósitos vinculados a litígio	1.142	1.141	0
1.02.01.09.04	Tributos e Contribuições	0	452	452
1.02.02	Investimentos	419.006	361.518	1.148
1.02.02.01	Participações Societárias	419.006	361.518	1.148
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	998	998	998
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	417.859	360.371	0
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	149	149	150
1.02.03	Imobilizado	1.346.574	1.364.604	1.371.719
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.159.845	1.215.670	1.241.803

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	186.729	148.934	129.916
1.02.04	Intangível	2.600	2.820	3.005
1.02.04.01	Intangíveis	2.600	2.820	3.005
1.02.04.01.02	Outros	2.600	2.820	3.005

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	1.893.388	1.843.019	1.523.415
2.01	Passivo Circulante	149.433	139.615	189.977
2.01.02	Fornecedores	15.730	17.934	23.990
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.730	17.934	23.990
2.01.03	Obrigações Fiscais	52.779	43.351	47.324
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	52.779	43.351	47.324
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	48.322	39.341	44.245
2.01.03.01.02	Tributos e contribuições	4.457	4.010	3.079
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	50.790	48.378	73.250
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	34.877	43.500	73.250
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	32.605	41.525	70.935
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.272	1.975	2.315
2.01.04.02	Debêntures	15.913	4.878	0
2.01.05	Outras Obrigações	30.134	29.952	45.413
2.01.05.02	Outros	30.134	29.952	45.413
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.028	4.738	21.066
2.01.05.02.04	Obrigações estimadas	3.421	3.474	3.513
2.01.05.02.05	Encargos regulatórios	678	560	781
2.01.05.02.06	Benefício pós-emprego	1.437	1.169	999
2.01.05.02.07	Outros débitos	19.570	20.011	19.054
2.02	Passivo Não Circulante	1.165.618	1.033.824	517.845
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	902.200	768.825	241.574
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	277.702	174.580	241.574
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	108.586	167.463	230.868
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	169.116	7.117	10.706
2.02.01.02	Debêntures	624.498	594.245	0
2.02.02	Outras Obrigações	34.176	21.008	21.094
2.02.02.02	Outros	34.176	21.008	21.094

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.02.02.02.03	Benefício pós-emprego	18.845	10.215	10.301
2.02.02.02.04	Outros débitos	10.804	10.793	10.793
2.02.02.02.05	Encargos - Swap	4.527	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	227.657	242.511	253.989
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	227.657	242.511	253.989
2.02.04	Provisões	1.585	1.480	1.188
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.585	1.480	1.188
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.585	1.480	1.188
2.03	Patrimônio Líquido	578.337	669.580	815.593
2.03.01	Capital Social Realizado	77.422	77.422	77.422
2.03.04	Reservas de Lucros	49.359	120.284	244.069
2.03.04.01	Reserva Legal	25.462	25.462	20.925
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	49.975	159.948
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	23.897	44.847	63.196
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-482	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	451.556	472.356	494.102

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	410.066	332.514	319.941
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-118.597	-102.581	-102.207
3.03	Resultado Bruto	291.469	229.933	217.734
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-24.944	-41.584	-50.298
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-44.556	-42.340	-50.057
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.928	385	-241
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.328	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	21.012	371	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	266.525	188.349	167.436
3.06	Resultado Financeiro	-80.240	-56.958	-34.300
3.06.01	Receitas Financeiras	6.972	11.236	6.514
3.06.02	Despesas Financeiras	-87.212	-68.194	-40.814
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	186.285	131.391	133.136
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-52.579	-41.631	-44.439
3.08.01	Corrente	-80.840	-53.459	-57.853
3.08.02	Diferido	28.261	11.828	13.414
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	133.706	89.760	88.697
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	133.706	89.760	88.697
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,72699	1,15937	1,14564
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,67581	1,10187	1,14564

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	133.706	89.760	88.697
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-5.846	990	0
4.02.01	Ganho e perda de passivo atuarial (líquido de impostos)	-5.846	990	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	127.860	90.750	88.697

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	181.161	72.973	126.469
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	307.435	252.340	235.058
6.01.01.01	Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	186.285	131.391	133.136
6.01.01.02	Provisões para contingências / Atualizações	802	0	69
6.01.01.03	Depreciação e amortização	55.962	56.987	61.618
6.01.01.04	Despesa de juros sobre empréstimos	77.959	61.813	36.656
6.01.01.05	Resultado na baixa de bens do Imobilizado	0	-385	241
6.01.01.06	Encargos e variação monetária do benefício pós-emprego	1.353	2.905	4.458
6.01.01.07	Provisões (Reversões) no exigível - contingência	0	0	-1.120
6.01.01.08	Resultado de equivalência patrimonial	-21.012	-371	0
6.01.01.09	Perdas (ganhos) cambiais e monetários de atividades financeiras	842	0	0
6.01.01.10	Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis	717	0	0
6.01.01.11	Variação swap	4.527	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-126.274	-179.367	-108.589
6.01.02.01	Consumidores e revendedores	-20.530	2.820	-8.405
6.01.02.02	Tributos, contribuições e impostos	-27.022	-2.249	-3.037
6.01.02.03	Estoques	-287	-602	49
6.01.02.04	Despesas pagas antecipadamente	-6	-13	14
6.01.02.05	Títulos e valores mobiliários	1.268	14	0
6.01.02.06	Depósitos vinculados a litígio	0	-1.141	0
6.01.02.07	Outros ativos	-322	-849	-937
6.01.02.08	Fornecedores	-2.204	-6.056	-1.372
6.01.02.09	Obrigações estimadas	-53	-42	250
6.01.02.10	Tributos, contribuições e impostos	32.736	-2.010	-1.332
6.01.02.11	Encargos regulatórios	118	-221	-439
6.01.02.12	Contingência	-697	292	-5.942
6.01.02.13	Benefício pós emprego	6.815	-2.050	-3.161
6.01.02.14	Outros passivos	-4.283	1.365	-3.439

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01.02.15	Juros pagos	-59.270	-112.527	-25.349
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-53.206	-56.098	-55.489
6.01.02.17	Serviços prestados a receber	669	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-76.587	-409.709	-52.445
6.02.01	Alienação de bens	0	2.450	0
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-40.064	-52.083	-52.445
6.02.03	Aplicações/ Aquisições nio investimento	-36.476	-360.000	0
6.02.04	Aplicações no intangível	-47	-76	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-101.670	301.320	-156.937
6.03.01	Dividendos pagos	-217.926	-251.773	-26.833
6.03.02	Empréstimos, financiamentos obtidos	219.604	998.426	10.156
6.03.03	Amortização de empréstimos e financiamentos	-103.348	-445.333	-140.260
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.904	-35.416	-82.913
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	51.979	87.395	171.590
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	54.883	51.979	88.677

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	77.422	0	592.640	-482	0	669.580
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	77.422	0	592.640	-482	0	669.580
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-115.622	20.800	0	-94.822
5.04.08	Dividendos deliberados pela AGO	0	0	-44.847	0	0	-44.847
5.04.09	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-20.800	20.800	0	0
5.04.10	Dividendos propostos e pagos - Reserva de lucros	0	0	-49.975	0	0	-49.975
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	127.860	0	127.860
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	133.706	0	133.706
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-5.846	0	-5.846
5.05.02.06	Ganho e perda de passivo atuarial (líquido de impostos)	0	0	0	0	-5.846	-5.846
5.05.02.07	Transferência de outros resultados abrangentes	0	0	0	-5.846	5.846	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	23.897	-148.178	0	-124.281
5.06.04	Dividendos adicionais propostos	0	0	23.897	-23.897	0	0
5.06.05	Dividendos intermediários propostos e pagos	0	0	0	-118.366	0	-118.366
5.06.06	Juros sobre capital próprio declarados	0	0	0	-5.915	0	-5.915
5.07	SalDOS Finais	77.422	0	500.915	0	0	578.337

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	77.422	0	738.171	0	0	815.593
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	77.422	0	738.171	0	0	815.593
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-169.915	0	0	-169.915
5.04.08	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-21.746	21.746	0	0
5.04.09	Dividendos propostos - reservas de lucros / Avaliação patrimonial	0	0	-84.973	-21.746	0	-106.719
5.04.10	Dividendos pagos	0	0	-63.196	0	0	-63.196
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	90.268	0	90.268
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	89.760	0	89.760
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	508	0	508
5.05.02.06	Ganho e perda de passivo atuarial (líquido de impostos)	0	0	0	0	508	508
5.05.02.07	Transferência de outros resultados abrangentes	0	0	0	508	-508	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	24.384	-90.750	0	-66.366
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	4.537	-4.537	0	0
5.06.05	Dividendos adicionais propostos	0	0	19.847	-19.847	0	0
5.06.06	Dividendos intermediários propostos e pagos	0	0	0	-60.791	0	-60.791
5.06.07	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-5.575	0	-5.575
5.07	Saldo Finais	77.422	0	592.640	-482	0	669.580

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	77.422	0	670.540	0	0	747.962
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	77.422	0	670.540	0	0	747.962
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-24.659	24.659	0	0
5.04.12	Realização de Reserva de reavaliação	0	0	-24.659	24.659	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	88.697	0	88.697
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	88.697	0	88.697
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	92.290	-113.356	0	-21.066
5.06.05	Constituição de Reserva Legal	0	0	4.435	-4.435	0	0
5.06.06	Dividendos adicionais propostos	0	0	63.196	-63.196	0	0
5.06.08	Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	0	0	0	-21.066	0	-21.066
5.06.09	Constituição de reserva de Retenção de lucro - 1ª Adoção	0	0	24.659	-24.659	0	0
5.07	Saldos Finais	77.422	0	738.171	0	0	815.593

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	499.361	427.474	365.018
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	461.329	375.391	365.018
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	38.032	52.083	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-92.466	-87.084	-46.292
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-34.819	-17.606	-17.701
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-57.647	-69.478	-28.591
7.03	Valor Adicionado Bruto	406.895	340.390	318.726
7.04	Retenções	-55.962	-56.939	-61.618
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-55.962	-56.939	-61.618
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	350.933	283.451	257.108
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	27.984	11.607	6.514
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	21.012	371	0
7.06.02	Receitas Financeiras	6.972	11.236	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	378.917	295.058	263.622
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	378.917	295.058	263.622
7.08.01	Pessoal	23.280	24.729	17.431
7.08.01.01	Remuneração Direta	18.542	19.358	13.863
7.08.01.02	Benefícios	1.848	2.073	2.092
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.124	1.583	1.272
7.08.01.04	Outros	766	1.715	204
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	110.052	90.130	94.899
7.08.02.01	Federais	109.387	89.402	94.192
7.08.02.02	Estaduais	29	36	39
7.08.02.03	Municipais	636	692	668
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	111.879	90.439	62.595
7.08.03.01	Juros	88.606	68.130	40.621
7.08.03.02	Aluguéis	1.808	1.122	815
7.08.03.03	Outras	21.465	21.187	21.159

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	133.706	89.760	88.697
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	5.915	5.575	0
7.08.04.02	Dividendos	127.791	60.791	84.262
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	23.394	4.435

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	2.399.532	2.183.389	1.523.415
1.01	Ativo Circulante	274.628	219.594	148.089
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	191.968	153.415	88.393
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	1.268	1.282
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	1.268	1.282
1.01.03	Contas a Receber	67.832	44.655	46.145
1.01.03.01	Clientes	67.832	44.655	46.145
1.01.04	Estoques	2.368	2.081	1.479
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.814	11.454	8.885
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.814	11.454	8.885
1.01.06.01.01	Tributos e contribuições	2.814	11.454	8.885
1.01.07	Despesas Antecipadas	624	508	132
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.022	6.213	1.773
1.01.08.03	Outros	9.022	6.213	1.773
1.01.08.03.01	Serviços prestados	514	1.183	112
1.01.08.03.02	Outros créditos	8.508	5.030	1.661
1.02	Ativo Não Circulante	2.124.904	1.963.795	1.375.326
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.771	4.727	452
1.02.01.06	Tributos Diferidos	200	0	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	200	0	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	19.571	4.727	452
1.02.01.09.03	Depósitos vinculados a litígios	1.142	4.206	0
1.02.01.09.04	Outros créditos	18.429	69	0
1.02.01.09.05	Tributos e contribuições	0	452	452
1.02.02	Investimentos	636	167	150
1.02.02.01	Participações Societárias	636	167	150
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	636	167	150
1.02.03	Imobilizado	1.835.314	1.663.045	1.371.719

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.488.002	1.266.352	1.241.803
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	347.312	396.693	129.916
1.02.04	Intangível	269.183	295.856	3.005
1.02.04.01	Intangíveis	269.183	295.856	3.005
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	266.308	293.036	0
1.02.04.01.02	Outros	2.875	2.820	3.005

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	2.399.532	2.183.389	1.523.415
2.01	Passivo Circulante	272.337	185.768	189.977
2.01.02	Fornecedores	57.947	22.998	23.990
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	57.947	22.998	23.990
2.01.03	Obrigações Fiscais	55.269	43.935	47.324
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	55.269	43.935	47.324
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	48.322	39.341	44.245
2.01.03.01.02	Tributos e Contribuições	6.947	4.594	3.079
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	127.493	88.475	73.250
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	78.541	83.597	73.250
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	76.269	81.622	70.935
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.272	1.975	2.315
2.01.04.02	Debêntures	48.952	4.878	0
2.01.05	Outras Obrigações	31.628	30.360	45.413
2.01.05.02	Outros	31.628	30.360	45.413
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.028	4.738	21.066
2.01.05.02.04	Obrigações estimadas	3.875	3.838	3.513
2.01.05.02.05	Encargos regulatórios	678	560	781
2.01.05.02.06	Benefício pós-emprego	1.437	1.169	999
2.01.05.02.07	Outros débitos	20.610	20.055	19.054
2.02	Passivo Não Circulante	1.548.858	1.328.041	517.845
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.189.762	963.410	241.574
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	498.030	369.165	241.574
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	328.914	362.048	230.868
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	169.116	7.117	10.706
2.02.01.02	Debêntures	691.732	594.245	0
2.02.02	Outras Obrigações	37.516	21.008	21.094
2.02.02.02	Outros	37.516	21.008	21.094

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.02.02.02.03	Benefício pós-emprego	18.845	10.215	10.301
2.02.02.02.04	Outros débitos	14.144	10.793	10.793
2.02.02.02.05	Encargos - Swap	4.527	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	319.976	342.143	253.989
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	319.976	342.143	253.989
2.02.04	Provisões	1.604	1.480	1.188
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.585	1.480	1.188
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.585	0	0
2.02.04.02	Outras Provisões	19	0	0
2.02.04.02.04	Outras provisões	19	0	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	578.337	669.580	815.593
2.03.01	Capital Social Realizado	77.422	77.422	77.422
2.03.04	Reservas de Lucros	49.359	120.284	244.069
2.03.04.01	Reserva Legal	25.462	25.462	20.925
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	49.975	159.948
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	23.897	44.847	63.196
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-482	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	451.556	472.356	494.102

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	440.056	335.778	319.941
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-126.299	-103.736	-102.207
3.03	Resultado Bruto	313.757	232.042	217.734
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-40.885	-44.977	-50.298
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-61.222	-45.064	-50.057
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	23.926	87	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.589	0	-241
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	272.872	187.065	167.436
3.06	Resultado Financeiro	-85.146	-55.339	-34.300
3.06.01	Receitas Financeiras	13.375	13.389	6.514
3.06.02	Despesas Financeiras	-98.521	-68.728	-40.814
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	187.726	131.726	133.136
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-54.020	-41.966	-44.439
3.08.01	Corrente	-81.487	-53.665	-57.853
3.08.02	Diferido	27.467	11.699	13.414
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	133.706	89.760	88.697
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	133.706	89.760	88.697
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	133.706	89.760	88.697
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,72699	1,15937	1,14564
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,67581	1,10087	1,14564

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	133.706	89.760	88.697
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-5.846	990	0
4.02.01	Ganho e perda de passivo atuarial (Líquido de impostos)	-5.846	990	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	127.860	90.750	88.697
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	127.860	90.750	88.697

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	174.199	102.881	127.467
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	335.808	283.186	235.058
6.01.01.01	Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	187.726	131.726	133.136
6.01.01.02	Provisão para contingência / Atualização	821	0	-1.051
6.01.01.03	Depreciação e amortização	63.487	62.423	61.618
6.01.01.04	Despesa de juros sobre empréstimos	89.975	86.163	36.656
6.01.01.05	Resultado na baixa de bens do Imobilizado	2.272	-87	241
6.01.01.06	Encargos e variação monetária do benefício pós-emprego	1.353	2.961	4.458
6.01.01.07	Perdas (ganhos) cambiais de atividades financeiras	842	0	0
6.01.01.08	Ajuste a valor presente a antecipações de recebíveis	717	0	0
6.01.01.09	Ganho com diluição na Renova	-15.912	0	0
6.01.01.10	Variação swap	4.527	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-161.609	-180.305	-107.591
6.01.02.01	Consumidores e revendedores	-23.894	2.554	-8.405
6.01.02.02	Tributos, contribuições e impostos	-30.174	-2.388	-3.037
6.01.02.03	Estoques	-287	-603	49
6.01.02.04	Despesas pagas antecipadamente	-116	58	14
6.01.02.05	Títulos e valores mobiliários	1.268	14	0
6.01.02.06	Depósitos vinculados a litígio	2.587	-1.133	0
6.01.02.07	Outros ativos	-22.159	-2.483	-937
6.01.02.08	Fornecedores	-1.115	-4.961	-1.372
6.01.02.09	Obrigações estimadas	37	-94	250
6.01.02.10	Tributos, contribuições e impostos	18.969	-2.102	-1.332
6.01.02.11	Encargos regulatórios	118	-221	-439
6.01.02.12	Provisões	-697	292	-5.942
6.01.02.13	Benefício pós emprego	6.815	-2.106	-3.161
6.01.02.14	Outros passivos	1.849	1.493	-2.441
6.01.02.15	Juros pagos	-62.273	-112.527	-25.349

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-53.206	-56.098	-55.489
6.01.02.17	Serviços prestados a receber	669	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-180.235	-336.391	-52.445
6.02.01	Alienação de bens	0	2.450	0
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-257.310	-104.529	-52.445
6.02.03	Aplicações/ Aquisições não investimento	-15.912	-234.236	0
6.02.04	Aplicações no intangível	28.352	-76	0
6.02.05	Caixa Líquido diluição Renova	64.635	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	44.589	298.532	-156.937
6.03.01	Dividendos pagos	-217.926	-251.773	-26.833
6.03.02	Empréstimos, financiamentos obtidos	406.795	995.637	10.156
6.03.03	Amortização de empréstimos e financiamentos	-144.280	-445.332	-140.260
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	38.553	65.022	-81.915
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	153.415	88.393	171.590
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	191.968	153.415	89.675

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	77.422	0	592.640	-482	0	669.580	0	669.580
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	77.422	0	592.640	-482	0	669.580	0	669.580
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-115.622	20.800	0	-94.822	0	-94.822
5.04.08	Dividendos deliberados pela AGO	0	0	-44.847	0	0	-44.847	0	-44.847
5.04.09	Realização de ajuste avaliação patrimonial	0	0	-20.800	20.800	0	0	0	0
5.04.10	Dividendos propostos e pagos - Reserva de lucros	0	0	-49.975	0	0	-49.975	0	-49.975
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	127.860	0	127.860	0	127.860
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	133.706	0	133.706	0	133.706
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-5.846	0	-5.846	0	-5.846
5.05.02.06	Ganho e perda de passivo atuarial (líquido de impostos)	0	0	0	0	-5.846	-5.846	0	0
5.05.02.07	Transferência de outros resultados abrangentes	0	0	0	-5.846	5.846	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	23.897	-148.178	0	-124.281	0	-124.281
5.06.04	Dividendos adicionais propostos	0	0	23.897	-23.897	0	0	0	0
5.06.05	Dividendos intermediários propostos e pagos	0	0	0	-118.366	0	-118.366	0	-118.366
5.06.06	Juros sobre capital próprio declarados	0	0	0	-5.915	0	-5.915	0	-5.915
5.07	Saldos Finais	77.422	0	500.915	0	0	578.337	0	578.337

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	77.422	0	738.171	0	0	815.593	0	815.593
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	77.422	0	738.171	0	0	815.593	0	815.593
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-169.915	0	0	-169.915	0	-169.915
5.04.08	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-21.746	21.746	0	0	0	0
5.04.12	Dividendos propostos - reservas de lucros / Avaliação patrimonial	0	0	-84.973	-21.746	0	-106.719	0	-106.719
5.04.13	Dividendos pagos	0	0	-63.196	0	0	-63.196	0	-63.196
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	90.268	0	90.268	0	90.268
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	89.760	0	89.760	0	89.760
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	508	0	508	0	508
5.05.02.06	Ganho e perda de passivo atuarial (líquido de impostos)	0	0	0	0	508	508	0	508
5.05.02.07	Transferência de outros resultados abrangentes	0	0	0	508	-508	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	24.384	-90.750	0	-66.366	0	-66.366
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	4.537	-4.537	0	0	0	0
5.06.05	Dividendo adicionais propostos	0	0	19.847	-19.847	0	0	0	0
5.06.06	Dividendos intermediários propostos e pagos	0	0	0	-60.791	0	-60.791	0	-60.791
5.06.07	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-5.575	0	-5.575	0	-5.575
5.07	Saldos Finais	77.422	0	592.640	-482	0	669.580	0	669.580

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	77.422	0	670.540	0	0	747.962	0	747.962
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	77.422	0	670.540	0	0	747.962	0	747.962
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-24.659	24.659	0	0	0	0
5.04.08	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	-24.659	24.659	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	88.697	0	88.697	0	88.697
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	88.697	0	88.697	0	88.697
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	92.290	-113.356	0	-21.066	0	-21.066
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	4.435	-4.435	0	0	0	0
5.06.05	Constituição de reserva de retenção de lucro - 1ªAdoção	0	0	24.659	-24.659	0	0	0	0
5.06.06	Dividendos adicionais propostos	0	0	63.196	-63.196	0	0	0	0
5.06.07	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-21.066	0	-21.066	0	-21.066
5.07	Saldos Finais	77.422	0	738.171	0	0	815.593	0	815.593

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	670.479	675.455	365.018
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	492.348	378.779	365.018
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	178.131	296.676	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-202.890	-312.249	-46.292
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-42.523	-18.761	-17.701
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-160.367	-293.488	-28.591
7.03	Valor Adicionado Bruto	467.589	363.206	318.726
7.04	Retenções	-63.487	-56.984	-61.618
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-63.487	-56.984	-61.618
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	404.102	306.222	257.108
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	13.375	13.389	6.514
7.06.02	Receitas Financeiras	13.375	13.389	6.514
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	417.477	319.611	263.622
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	417.477	319.611	263.622
7.08.01	Pessoal	39.074	47.755	17.431
7.08.01.01	Remuneração Direta	34.236	42.384	13.863
7.08.01.02	Benefícios	1.848	2.073	2.092
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.124	1.583	1.272
7.08.01.04	Outros	866	1.715	204
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	113.245	90.589	94.899
7.08.02.01	Federais	112.580	89.861	94.192
7.08.02.02	Estaduais	29	36	39
7.08.02.03	Municipais	636	692	668
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	131.452	91.507	62.595
7.08.03.01	Juros	108.177	69.198	40.621
7.08.03.02	Aluguéis	1.808	1.122	815
7.08.03.03	Outras	21.467	21.187	21.159
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	133.706	89.760	88.697

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	5.915	5.575	0
7.08.04.02	Dividendos	127.791	60.791	84.262
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	23.394	4.435

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

A Light Energia S.A é a empresa do Grupo Light voltada para a geração e transmissão de energia elétrica, bem como para a comercialização da produção própria. Toda sua energia é considerada “limpa” por ser gerada exclusivamente por fonte hidráulica. É também a 6ª maior empresa privada de geração hidráulica do país, em termos de capacidade de geração, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Seu parque gerador compreende cinco usinas hidrelétricas. São elas: Fontes Nova, Nilo Peçanha e Pereira Passos, que constituem o Complexo de Lajes (em Pirai), Ilha dos Pombos, no município de Carmo (divisa com o estado de Minas Gerais), e Santa Branca, no município paulista de mesmo nome. Completam o Complexo de Lajes duas usinas elevatórias, Santa Cecília, em Barra do Pirai, e Vigário, em Pirai, que se destinam a gerar energia elétrica e depois abastece de água a região metropolitana do Rio de Janeiro. Esses empreendimentos somados possuem capacidade instalada de 855 MW.

Além destas usinas, a Light Energia possui 21,99% da Renova Energia, empresa focada na geração de energia renovável e que detém 73,9 MW de capacidade instalada, já em operação. Somando a capacidade atual da Light Energia à participação na Renova, a capacidade instalada total atinge 929 MW. Além disso, a Light Energia possui 206 MW em diversos estágios de desenvolvimento.

Ambiente de Negócios

O ano de 2012 foi marcado pelo crescimento da capacidade instalada operacional com a inauguração do maior parque eólico da América Latina pertencente a Renova. Além disso, a capacidade instalada em desenvolvimento também ampliou em 2012 com a aquisição de 51,0% na Guanhães Energia S.A., uma sociedade de propósito específico detentora de autorizações para geração de energia elétrica de fonte hidráulica. A autorização é fornecida sob o regime de produção independente, mediante o aproveitamento de quatro potenciais hidráulicos nos rios Guanhães e Corrente Grande (Bacia do Rio Doce), nos municípios de Guanhães, Virgínia e Dolores de Guanhães, no Estado de Minas Gerais.

Desempenho Operacional

Em 2012, foi vendido um total de 5.372,8 GWh, volume 2,7% inferior ao ano de 2011. Esse resultado foi impactado principalmente pelas vendas no mercado spot devido às más condições hidrológicas ao longo do ano, sobretudo no último trimestre de 2012. No ACR, foi observado um volume 2,0% inferior devido às devoluções provenientes do MCSD. Tais devoluções geraram a desconstrução no ACR, que influenciaram o crescimento de 20,5% das vendas no ACL.

Projetos em Geração

A Companhia está constantemente analisando a participação em diversos projetos de geração visando assegurar o crescimento de sua capacidade instalada, sejam eles *greenfield* ou *brownfield*. O crescimento no segmento de geração está alinhado ao Planejamento Estratégico e, considerando os projetos já em desenvolvimento, a capacidade instalada de geração crescerá 43,8%, passando dos atuais 929 MW para 1.136 MW.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Renova Energia ("Renova")

✓ **LER 2009:**

Em Julho de 2012 ano foi inaugurado o complexo eólico Alto Sertão I, maior da América Latina, com 14 parques eólicos e 294,4 MW de capacidade instalada na Bahia e aproximadamente R\$ 1,2 bilhão de investimento. Com objetivo de manter a transparência e permitir o monitoramento dos seus parques eólicos, a Renova apresentou ao mercado a avaliação do potencial eólico medido dos 14 parques eólicos que comercializaram energia no leilão de reserva de 2009 ("LER 2009") e concluíram construção em 28 de junho de 2012. O potencial eólico medido dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão I foi de 746 GWh nos primeiros seis meses desde sua conclusão, equivalente a 67% da energia anual vendida de 1.113 GWh e a 59% do potencial eólico anual dos parques de 1.274 GWh.

✓ **LER 2010 e A-3 2011:**

Em janeiro de 2013 a Renova iniciou a concretagem das bases dos aerogeradores dos seis parques eólicos que comercializaram energia no LER 2010, dentro do cronograma inicial com previsão para entrega em 1 de setembro de 2013, conforme previsto pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Durante o ano de 2012, as SPEs detentoras dos nove parques eólicos que comercializaram energia no A-3 2011 assinaram junto às distribuidoras os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs), que têm prazo de suprimento de 19 anos e 10 meses.

Os parques eólicos do LER 2010, em conjunto com os parques eólicos do A-3 2011 formam o complexo eólico Alto Sertão II, que tem 386,10 MW de capacidade instalada e está localizado no interior da Bahia, na mesma região onde a Companhia possui o complexo eólico Alto Sertão I.

✓ **A-5 2012:**

A Renova comercializou no leilão de energia nova A-5 ocorrido em 14 de dezembro de 2012, 10,6 MW médios de energia a ser gerada pelo parque eólico São Salvador, localizado no interior da Bahia.

Desempenho Econômico

Em 2012, a Light Energia teve o seguinte desempenho econômico: receita líquida de R\$ 440,2 milhões, 33,1% acima da realizada em 2011, custo operacional de R\$ 181,0 milhões, 21,7% maior do que em 2011 e EBITDA de R\$ 336,4 milhões, ou seja, 37,8% acima do registrado no ano anterior. A Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 133,7 milhões, 41,9% acima do realizado em 2011 (R\$ 89,7 milhões).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Investimentos

Em 2012, os investimentos da Light Energia reduziram 18,2% em comparação ao aplicado em 2011, totalizando R\$ 23,7 milhões, principalmente em função do menor investimento destinado à modernização do parque gerador existente.

Meio Ambiente

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da Light foi iniciado em 2001 e tem por objetivo prevenir diversos riscos para a Empresa e estabelecer padrões em todas as suas atividades, atendendo às questões ambientais, evitando multas, embargos de empreendimentos, acidentes ambientais, ações judiciais e danos à imagem. Todas as usinas hidrelétricas da Empresa possuem, além do SGA, requisitos de segurança e saúde ocupacional da OHSAS 18001.

Em 2012, 32 unidades da Light foram certificadas pela ISO 14001, ultrapassando a meta estabelecida para esta fase do programa, que era de 27. Dessa forma, a Light possui 88% de seus sites certificados. O processo de certificação teve o apoio integral das diversas áreas da Companhia para adequar as unidades aos requisitos da Norma.

Podemos destacar o programa de reflorestamento com aproximadamente 65 ha plantados, superando a meta de 50 ha /ano do programa, e a parceria com o Governo do Estado para o plantio de mudas em 1200 ha em áreas do Complexo de Lajes até 2016 como forma de compensar as emissões de gases de efeito estufa dos jogos olímpicos do Rio de Janeiro.

Outras Informações:

Auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa e revisão trimestral para o Grupo Light e que não realizou nenhum outro serviço não relacionado à auditoria para a Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O relatório da administração inclui informações relacionadas a investimentos projetados e dados não-financeiros os quais não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e não foram examinados pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

ÍNDICE

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. ENTIDADES DO GRUPO
3. APROVAÇÃO E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS (CLIENTES)
7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
9. TRIBUTOS DIFERIDOS
10. INVESTIMENTOS
11. IMOBILIZADO
12. INTANGÍVEL
13. FORNECEDORES
14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS FINANCEIROS
15. DEBÊNTURES E ENCARGOS FINANCEIROS
16. PROVISÕES
17. CONTINGÊNCIAS
18. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO
19. OUTROS DÉBITOS
20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
22. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO
23. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS
24. LUCRO POR AÇÃO
25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS
27. ENCARGOS DE USO DA REDE E ENERGIA COMPRADA
28. RESULTADO FINANCEIRO
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO
30. SEGUROS
31. CONTRATOS DE LONGO PRAZO
32. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA
33. QUESTÕES AMBIENTAIS
34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Light Energia S.A. (“Companhia” ou “Light Energia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ, que tem como objeto social: (a) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (b) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes, com vista à exploração econômica e comercial; (c) prestar serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; (d) ceder onerosamente faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que sejam contabilizadas em separado e que a cessão seja previamente aprovada pela autoridade que outorgue concessão, autorização ou permissão para a Companhia realizar quaisquer das atividades previstas em seu objeto social; (e) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto; e, (f) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista. A Light Energia compreende as usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Novas, com potência instalada total de 855 MW. O prazo de concessão da Companhia é de 30 anos, com vencimento previsto para junho de 2026.

2. ENTIDADES DO GRUPO

a) Controladas diretas

- Central Eólica São Judas Tadeu Ltda. (São Judas Tadeu - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que tem como atividade principal a produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará, com potência nominal de 18 MW.
- Central Eólica Fontainha Ltda. (Fontainha - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que tem como atividade principal a produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará, com potência nominal de 16 MW.

b) Controladas em conjunto

- Renova Energia S.A. (Renova Energia - 22,0%, controlada em conjunto) - Sociedade por ações de capital aberto, que atua na geração de energia elétrica por meio de fontes alternativas renováveis, como pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e usinas eólicas. A Renova Energia tem participação direta ou indireta que totalizam 1.261 MW contratados, dos quais 336 MW estão em operação. Abaixo apresentamos as empresas nas quais a Renova Energia participa:

Notas Explicativas

Participações - RENOVA

Enerbras Centrais Elétricas S.A.	(d)	Energética Serra da Prata S.A.	(i)	Renova PCH Ltda. *	(d)
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	(i)	Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	(i)	Centrais Eólicas Espigão Ltda.	(i)
Centrais Eólicas Caetitê Ltda.	(i)	Centrais Eólicas Guirapá S.A.	(i)	Centrais Eólicas Pelourinho Ltda.	(i)
Nova Renova Energia S.A.	(d)	Centrais Eólicas Nossa Senhora Conceição S.A.	(i)	Centrais Eólicas Pilões Ltda.	(i)
Bahia Eólica Participações S.A.	(i)	Centrais Eólicas Guanambi S.A.	(i)	Centrais Eólicas São Salvador Ltda. *	(d)
Centrais Eólicas Pindaí S.A.	(i)	Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	(i)	Centrais Elétricas Morrão Ltda.	(i)
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	(i)	Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	(i)	Centrais Elétricas Seraíma Ltda.	(i)
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	(i)	Renova Eólica Participações S.A.	(i)	Centrais Elétricas Tanque Ltda.	(i)
Centrais Eólicas Candiba S.A.	(i)	Centrais Elétricas Borgo Ltda.	(i)	Centrais Eólicas dos Araças Ltda.	(i)
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	(i)	Centrais Elétricas Dourados Ltda.	(i)	Centrais Eólicas da Prata Ltda.	(i)
Salvador Eólica Participações S.A.	(i)	Centrais Elétricas Maron Ltda.	(i)	Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda.	(i)
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	(i)	Centrais Elétricas Serra do Espinhaço Ltda.	(i)	Centrais Elétricas Botuquara Ltda. *	(d)
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	(i)	Centrais Eólicas Ametista Ltda.	(i)	Centrais Elétricas Itaparica Ltda. *	(d)
Centrais Eólicas Arapuã Ltda. *	(d)	Centrais Elétricas Cedro Ltda. *	(d)	Centrais Elétricas Conquista Ltda. *	(d)
Centrais Elétricas Bela Vista Ltda. *	(d)	Centrais Elétricas Riacho de Santana Ltda. *	(d)	Centrais Elétricas Santana Ltda. *	(d)
Renova Comercializadora de Energia S.A. *	(d)				

(d) Controlada direta da Renova Energia

(i) Controlada indireta da Renova Energia

* Empresa em fase pré-operacional

O percentual de participação indireta na Renova PCH Ltda., Nova Renova Energia S.A., Centrais Elétricas Botuquara LTDA e Centrais Elétricas Itaparica Ltda. é de 21,8% e nas demais é de 22,0%.

- Guanhães Energia S.A. (Guanhães Energia - 51%) - Sociedade por ações de capital fechado em fase pré-operacional, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG criada com finalidade de implantar Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) situadas no estado de Minas Gerais que totalizam 44,80 MW de Potência Instalada. A entrada em operação comercial da primeira PCH está prevista para ocorrer em outubro de 2013 e da última em fevereiro de 2014. Controlada em conjunto pela Companhia (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT (49%).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as participações societárias da Companhia, que estão consolidadas nas seguintes bases abaixo apresentadas:

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
	Percentual de participação (%)	Percentual de participação (%)	Percentual de participação (%)
	Direta	Direta	Direta
Central Eólica Fontainha Ltda	100	100	100
Central Eólica São Judas Tadeu Ltda	100	100	100
Renova Energia S.A. (*)	22,0	25,9	-
Guanhães Energia S.A. (*)	51,0	-	-

(*) Empresas consolidadas proporcionalmente

Notas Explicativas

c) Concessões e autorizações

Em 4 de Junho de 1996 foi celebrado o Contrato de Concessão nº 001/96 entre a União (poder concedente, por intermédio da ANEEL) e a Light Serviços de Eletricidade S.A. “Light SESA”, regulando a exploração do serviço público de energia elétrica no território do Estado do Rio de Janeiro, compreendendo a geração e a distribuição de energia elétrica. O referido contrato tem prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do poder concedente. Para cumprimento da legislação sobre o setor elétrico, em que as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica precisavam ser alocadas em empresas diferentes, foi efetuado o processo de desverticalização da Light SESA em 2005, originando a Light Energia, em que os ativos líquidos e a concessão da geração foram transferidos para a Companhia.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de geração de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente ao poder concedente ao término do contrato procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária.

Não poderá ocorrer transferência de controle acionário majoritário da concessionária sem anuência prévia do poder concedente. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão.

Notas Explicativas

Abaixo segue quadro com as autorizações da controlada em conjunto Renova Energia S.A:

<u>PCH</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Resolução ANEEL</u>	<u>Data da Resolução</u>	<u>Capacidade de produção instalada</u>
Cachoeira da Lixa	PROINFA	697	24/12/2003	14,8 MW
Colino 2	PROINFA	695	24/12/2003	16,0 MW
Colino 1	PROINFA	703	24/12/2003	11,0MW

<u>Eólico</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Portaria MME</u>	<u>Data da Portaria</u>	<u>Capacidade de produção instalada</u>
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	LER 03/2009	695	05/08/2010	8,0 MW
Centrais Eólicas Candiba S.A.	LER 03/2009	691	05/08/2010	9,6 MW
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	LER 03/2009	700	06/08/2010	20,8 MW
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	LER 03/2009	743	19/08/2010	28,8 MW
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	LER 03/2009	696	05/08/2010	30,4 MW
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	LER 03/2009	690	05/08/2010	11,2 MW
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	LER 03/2009	692	05/08/2010	24,0 MW
Centrais Eólicas Nossa Senhora Conceição S.A.	LER 03/2009	693	05/08/2010	28,8 MW
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	LER 03/2009	694	05/08/2010	25,6 MW
Centrais Eólicas Pindaí S.A.	LER 03/2009	699	05/08/2010	24,0 MW
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	LER 03/2009	697	05/08/2010	27,2 MW
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A	LER 03/2009	698	05/08/2010	6,4 MW
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	LER 03/2009	742	19/08/2010	30,4 MW
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	LER 03/2009	689	05/08/2010	19,2 MW
Centrais Eólica Morrão S.A	LER 05/2010	268	20/04/2011	28,8 MW
Centrais Eólicas Seralma S.A	LER 05/2010	332	27/05/2011	28,8 MW
Centrais Eólicas Tanque S.A	LER 05/2010	330	26/05/2011	28,8 MW
Centrais Eólicas da Prata S.A	LER 05/2010	117	25/03/2011	20,8 MW
Centrais Eólicas dos Araças S.A	LER 05/2010	241	07/04/2011	30,4 MW
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A	LER 05/2010	161	18/03/2011	22,4 MW
Centrais Eólicas Borgo S.A.	LEN 02/2011	222	13/04/2012	19,2 MW
Centrais Eólicas Dourados S.A.	LEN 02/2011	130	13/03/2012	28,8 MW
Centrais Eólicas Maron S.A.	LEN 02/2011	107	08/03/2012	28,8 MW
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	LEN 02/2011	171	22/03/2012	17,6 MW
Centrais Eólicas Ametista S.A.	LEN 02/2011	135	14/03/2012	28,8 MW
Centrais Eólicas Caetitê S.A.	LEN 02/2011	167	21/03/2012	28,8 MW
Centrais Eólicas Espigão S.A.	LEN 02/2011	172	22/03/2012	9,6 MW
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	LEN 02/2011	168	21/03/2012	22,4 MW
Centrais Eólicas Pilões S.A.	LEN 02/2011	128	13/03/2012	28,8 MW
Renova Energia S.A. (São Salvador)*	LEN 06/2012	-	-	-

* Aguardando publicação da Portaria

Além das concessões e autorizações mencionadas em detalhe acima, a Guanhões Energia possui a concessão de quatro PCHs (Dores de Guanhões, Senhora do Porto, Jacaré e Fortuna II).

Concessões	Data do ato	Data de Vencimento
Usinas Eólicas - Renova Energia	ago/2011	ago/2045
Usinas Eólicas - Renova Energia	mar/2011 até mai/2011	mar/2046 até mai/2046
Usinas Eólicas - Renova Energia	abr/2012	abr/2047
PCH Dores de Guanhões - Guanhões Energia	nov/2002	nov/2032
PCH Senhora do Pôrto - Guanhões Energia	out/2002	out/2032
PCH Jacaré - Guanhões Energia	out/2002	out/2032
PCH Fortuna II - Guanhões Energia	dez/2001	dez/2031

Os contratos de autorização das PCHs e Hidrelétricas preveem que ao final do prazo de cada autorização o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor do imobilizado não depreciado ao final da autorização será reembolsável pelo Poder Concedente.

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores, publicou a Medida Provisória nº 579 ("MP 579"). Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Presidencial nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais

Notas Explicativas

para a implementação do que foi estabelecido na MP 579 e em 11 de janeiro de 2013 a MP foi convertida na Lei 12.783. Esta Medida Provisória permitiu aos concessionários com contratos vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de prorrogação das suas concessões, mediante condições nela estabelecidas.

Considerando que as concessões da Companhia possuem vencimentos apenas após 2026, as regras introduzidas pela MP 579 não afetam a Companhia de forma significativa neste momento.

3. APROVAÇÃO E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A autorização para conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 25 de Março de 2013.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais, preparadas para fins estatutários, de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP), apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não estão em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

A Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto e por não existir diferenças entre os patrimônios líquidos e os resultados dos exercícios das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras e a todas as entidades do Grupo.

a) Base de consolidação

i. Investimento em controladas e controladas em conjunto

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais. Os acordos de “joint venture” que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação são chamados de entidades controladas em conjunto. As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle ou controle compartilhado se inicia até a data em que o controle ou controle compartilhado deixa de existir. As políticas contábeis adotadas pelas controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

Notas Explicativas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia apresenta suas participações em entidades controladas e controladas em conjunto, usando o método de consolidação proporcional. As participações da Companhia nos ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto são combinadas com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia linha a linha.

ii. Operações controladas em conjunto

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os ativos que o Grupo controla e os passivos nos quais ele incorre durante o curso das atividades visando à operação conjunta, e as despesas nas quais o Grupo tenha incorrido e sua participação nas receitas que aufera da operação conjunta.

iii. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas empresas investidas.

b) Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados ao valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e mantidos até o vencimento

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a sua gestão de riscos e sua

Notas Explicativas

estratégia de investimentos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como ao valor justo através do resultado compreendem equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa, contas a receber e outros créditos.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento compreendem cauções e depósitos vinculados da controlada indireta em conjunto Renova Energia, incluídos na rubrica de outros créditos.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outros débitos.

Notas Explicativas

iii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de riscos relativos à variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são contabilizadas imediatamente no resultado.

iv. Capital Social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação ou sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

d) Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas:

Nota 09 - Tributos Diferidos

Nota 16 - Provisões

Nota 17 - Contingências

Nota 18 - Benefícios Pós-Emprego

Notas Explicativas

e) Concessionárias e permissionárias (Clientes)

Incluem o suprimento da energia elétrica, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

f) Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável, e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização. Os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) e aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante - Imobilizado ou Intangível (depósito de obras).

g) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos da Companhia incluem a mais valia identificada na aquisição das participações, líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

h) Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

São mensurados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzida da depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Notas Explicativas

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com estes serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. A vida útil econômica estimada dos ativos está alinhada com aquelas estabelecidas pela ANEEL. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão demonstradas na nota explicativa nº 11. Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i) Ativo intangível

i. Contratos de concessão e ativos de infraestrutura vinculados à concessão

A Companhia reconhece um ativo intangível decorrente de um contrato de concessão quando ela tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão ou explorá-la. O intangível é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial. Subsequente ao reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado ao custo, menos amortização acumulada.

ii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

iii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iv. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em função das vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou para geração dos benefícios econômicos associados. As vidas úteis estimadas para o período corrente estão demonstradas na nota explicativa nº 12.

Notas Explicativas

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado como mudança de estimativas contábeis.

j) Redução ao valor recuperável (Impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, face às condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução dos ativos financeiros ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Notas Explicativas

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k) Benefícios a empregados

i. Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

ii. Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data das demonstrações financeiras, para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

Notas Explicativas

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Os custos de patrocínio do plano de pensão e eventuais déficits do plano são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria também são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes e imediatamente transferidos para lucros ou prejuízos acumulados.

iii. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

iv. Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável.

v. Transações de pagamento baseado em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados e outros provedores de serviços similares são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. O valor justo das opções concedidas, determinado na data da outorga, é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício ou capitalizados durante a fase de construção dos parques eólicos da controladas em conjunto Renova durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Administração sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período de relatório, a Administração revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos.

Notas Explicativas

As transações que resultem em pagamentos baseados em ações, cuja liquidação é feita com instrumentos de patrimônio, com terceiros, exceto funcionários e executivos, são mensuradas pelo valor justo dos produtos ou serviços recebidos. Quando o valor justo não pode ser estimado com confiabilidade, as transações são mensuradas pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio concedidos na data em que os produtos e os serviços foram recebidos.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação legal ou presumida que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. Uma provisão para contingência é constituída mediante avaliação e quantificação das ações, cuja probabilidade de perda é considerada provável na opinião da Administração e de seus assessores legais.

m) Reconhecimento de receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a receita.

i. Receita de venda de energia

É reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, for provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade. O faturamento de energia comercializada é efetuado mensalmente pelo suprimento de energia elétrica, conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

n) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável, excedente de

Notas Explicativas

R\$240, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme previsto na Lei nº 11.941/09, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real, de modo que as modificações nos critérios de reconhecimento de receitas, custos e despesas computados na apuração do lucro líquido do exercício não têm efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos

Notas Explicativas

instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

q) Informações por segmento

A Administração da Companhia definiu o segmento de geração como o único segmento operacional, baseando-se nos relatórios utilizados pela Administração para a tomada de decisões estratégicas.

A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

r) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data de apresentação. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação ou início dos exercícios e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

s) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

t) Mudança de política contábil e ajustes nos saldos comparativos

- ✓ A Companhia alterou sua política contábil em relação ao registro dos ganhos ou perdas atuariais relacionados aos planos de pensão de benefício definido, que anteriormente eram imediatamente reconhecidos no resultado do exercício e passaram a ser reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, em conformidade à Deliberação CVM nº 600/09. Esta prática contábil permite uma informação mais relevante e será consistente nos próximos exercícios para o registro dos ganhos ou perdas atuariais. Essa alteração gerou um aumento no resultado do exercício de 2011 de R\$508 e uma redução no mesmo valor em outros resultados abrangentes. Não houve efeito no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2011 e nem em 31 de dezembro de 2011.
- ✓ Em 2010 foram registrados na Braslight os créditos referentes aos expurgos inflacionários incidentes sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND no montante de R\$730, decorrentes de ação transitada em julgado. Em função de um ofício enviado pela PREVIC, a Fundação efetuou a baixa integral dos referidos créditos retroativamente ao exercício de 2010, o que impacta diretamente a Companhia. Não houve efeito no exercício de 2011 e nem no patrimônio líquido da Companhia, em 1º de janeiro de 2011. O efeito no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011 foi uma redução de R\$482.
- ✓ Em 30 de março de 2012, a Administração concluiu a mensuração dos ativos e passivos decorrentes da aquisição de participação na Renova Energia (vide nota 12). A Companhia

Notas Explicativas

não espera que o valor alocado como mais valia da concessão dessa transação seja dedutível para fins fiscais. Diante disso, foi reconhecido o montante de R\$99.632 de passivo diferido, em contrapartida à mais valia da concessão, ativo intangível identificável, no intuito de não gerar alterações na alíquota efetiva do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorrente da amortização da mais valia, que foi iniciada a partir de julho de 2012, quando da entrada em operação dos parques eólicos da Renova Energia. Portanto, não houve nenhum efeito no resultado do exercício e nem do patrimônio líquido decorrente dessa operação.

- ✓ A Companhia optou por apresentar a receita de construção de ativos próprios de forma segregada na demonstração do valor adicionado para fins de melhor apresentação, bem como os tributos e contribuições, imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos de forma líquida no balanço patrimonial. Tais reclassificações não geraram efeito no resultado e nem no patrimônio líquido decorrente dessa alteração, conforme apresentados nos quadros abaixo.

Diante disso, seguem abaixo os quadros com resumo dos ajustes e reclassificações nos saldos comparativos:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2010 Publicado	Ajuste	01/01/2011 Reapresentado
Balanço Patrimonial			
<u>Ativo circulante</u>			
Tributos e contribuições	9.702	(817)	8.885
Imposto de renda e contribuição social	13.608	(13.608)	-
<u>Ativo não circulante</u>			
Tributo Diferido	549	(549)	-
<u>Passivo circulante</u>			
Tributos e contribuições	3.896	(817)	3.079
Imposto de renda e contribuição social	57.853	(13.608)	44.245
<u>Passivo não circulante</u>			
Tributo Diferido	254.538	(549)	253.989

Notas Explicativas

	Controladora		
	31/12/2011 Publicado	Ajuste	31/12/2011 Reapresentado
Balanço Patrimonial			
<u>Ativo circulante</u>			
Tributos e contribuições	11.374	(310)	11.064
Imposto de renda e contribuição social	14.158	(14.158)	-
<u>Ativo não circulante</u>			
Tributo Diferido	576	(576)	-
<u>Passivo circulante</u>			
Tributos e contribuições	4.320	(310)	4.010
Imposto de renda e contribuição social	53.499	(14.158)	39.341
<u>Passivo não circulante</u>			
Benefício pós emprego	9.485	730	10.215
Tributo Diferido	243.335	(824)	242.511
<u>Patrimônio Líquido</u>			
Lucro (prejuízo) acumulados	-	(482)	(482)

	Consolidado		
	31/12/2011 Publicado	Ajuste	31/12/2011 Reapresentado
Balanço Patrimonial			
<u>Ativo circulante</u>			
Tributos e contribuições	11.764	(310)	11.454
Imposto de renda e contribuição social	14.158	(14.158)	-
<u>Ativo não circulante</u>			
Tributo Diferido	576	(576)	-
<u>Passivo circulante</u>			
Tributos e contribuições	4.904	(310)	4.594
Imposto de renda e contribuição social	53.499	(14.158)	39.341
<u>Passivo não circulante</u>			
Benefício pós emprego	9.485	730	10.215
Tributo Diferido	243.335	98.808	342.143
<u>Patrimônio Líquido</u>			
Lucro (prejuízo) acumulados	-	(482)	(482)

	Controladora		
	31/12/2011 Publicado	Ajuste	31/12/2011 Reapresentado
Demonstração do resultado			
Despesa financeiras	(66.693)	(1.501)	(68.194)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.317	511	11.828

Notas Explicativas

	Consolidado		
	31/12/2011 Publicado	Ajuste	31/12/2011 Reapresentado
Demonstração do resultado			
Despesa financeira	(67.227)	(1.501)	(68.728)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.188	511	11.699
	Controladora		
	31/12/2011 Publicado	Ajuste	31/12/2011 Reapresentado
Demonstração do resultado abrangente			
Lucro líquido do exercício	90.750	(990)	89.760
Ganhos (perdas) sobre passivos atuarias	-	508	508
	Consolidado		
	31/12/2011 Publicado	Ajuste	31/12/2011 Reapresentado
Demonstração do resultado abrangente			
Lucro líquido do exercício	90.750	(990)	89.760
Ganhos (perdas) sobre passivos atuarias	-	508	508
	Controladora		
	31/12/2011 Publicado	Ajuste	31/12/2011 Reapresentado
Demonstração do fluxo de caixa			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	132.892	(1.501)	131.391
Encargos e variação monetária de obrigações pós-emprego	1.404	1.501	2.905
	Consolidado		
	31/12/2011 Publicado	Ajuste	31/12/2011 Reapresentado
Demonstração do fluxo de caixa			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	133.227	(1.501)	131.726
Encargos e variação monetária de obrigações pós-emprego	1.460	1.501	2.961
	Controladora		
	31/12/2011 Publicado	Ajuste	31/12/2011 Reapresentado
Demonstração do valor adicionado			
Receitas			
Receitas referente à construção de ativos próprios	-	52.083	52.083
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos de construção de ativos próprios	-	(52.083)	(52.083)
Impostos, taxas e contribuições - Federais			
Federais	89.913	(511)	89.402
Remuneração de capitais de terceiros - Juros			
Juros	66.629	1.501	68.130
Remuneração de capitais próprios - Lucros retidos			
Lucros retidos	24.384	(990)	23.394

Notas Explicativas

	Consolidado		
	31/12/2011 Publicado	Ajuste	31/12/2011 Reapresentado
Demonstração do valor adicionado			
Receitas			
Receitas referente à construção de ativos próprios	-	296.676	296.676
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos de construção de ativos próprios	-	(296.676)	(296.676)
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	90.372	(511)	89.861
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	67.697	1.501	69.198
Remuneração de capital próprios			
Lucros retidos	24.384	(990)	23.394

A mudança de política contábil em relação ao registro dos ganhos ou perdas atuariais não gerou impacto relevante nas informações trimestrais do ano de 2012, bem como nas informações trimestrais comparativas do ano anterior, ambas objeto de revisão pelos auditores independentes. Não houve nenhuma alteração nos resultados trimestrais divulgados e os efeitos no patrimônio líquido não seriam diferentes dos ajustes apresentados acima, o que suportou o entendimento da Administração de não efetuar a reapresentação dos ITR's de 2012. Segue abaixo os efeitos no resultado e no patrimônio líquido de cada um dos trimestres:

	Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
	31/03/2011 Publicado	Ajuste	31/03/2011 Reapresentado	31/03/2012 Publicado	Ajuste	31/03/2012 Reapresentado
Balanco Patrimonial						
<u>Patrimônio Líquido</u>	843.086	(482)	842.604	697.529	(482)	697.047
Demonstração do resultado						
<u>Lucro líquido do período</u>	27.493	-	27.493	27.468	-	27.468
	30/06/2011 Publicado	Ajuste	30/06/2011 Reapresentado	30/06/2012 Publicado	Ajuste	30/06/2012 Reapresentado
Balanco Patrimonial						
<u>Patrimônio Líquido</u>	694.682	(482)	694.200	688.639	(482)	688.157
Demonstração do resultado						
<u>Lucro líquido do período</u>	49.003	-	49.003	63.424	-	63.424
	30/09/2011 Publicado	Ajuste	30/09/2011 Reapresentado	30/09/2012 Publicado	Ajuste	30/09/2012 Reapresentado
Balanco Patrimonial						
<u>Patrimônio Líquido</u>	712.044	(482)	711.562	727.959	(482)	727.477
Demonstração do resultado						
<u>Lucro líquido do período</u>	66.365	-	66.365	107.212	-	107.212

Notas Explicativas

u) Normas e interpretações ainda não adotadas

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (i) - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo decorrente da aplicação da nova norma refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Assim, a variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecida em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. A Companhia está analisando os impactos dessas alterações nas demonstrações financeiras. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (ii) - substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle. A Administração não espera impactos relevantes decorrentes dessa nova norma.

IFRS 11 - Acordos de Participação (ii) - substitui o IAS 31 e estabelece como um acordo de controle conjunto deve ser classificado nas demonstrações financeiras. De acordo com a norma, a estrutura de um negócio em conjunto não é mais o fator principal na determinação do tipo de negócio e, conseqüentemente, da respectiva contabilização. Os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*) serão contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e o método de consolidação proporcional não será mais permitido. A Companhia deixará de consolidar proporcionalmente, a partir de janeiro de 2013, as suas controladas em conjunto Renova Energia e Guanhões Energia. Essas alterações não trarão impacto no lucro líquido da Companhia, entretanto, haverá alterações nas rubricas individuais da demonstração do resultado consolidado em contrapartida à rubrica de equivalência patrimonial, bem como redução nas rubricas de ativos e passivos consolidados em contrapartida a um aumento na rubrica de investimentos.

IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (ii) - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais. A Administração está analisando os efeitos desta norma e, com base em análise preliminar, não espera impactos relevantes além de um aumento na divulgação de suas controladas em conjunto.

IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo (ii) - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo. A Companhia está analisando os impactos nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Modificações à IAS 1 - Apresentação dos Itens de Outros Resultados Abrangentes (iii) - permitem apresentar o resultado e outros resultados abrangentes em uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outros resultados abrangente de forma que os itens de outros resultados abrangentes sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado; e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. A Administração está analisando os efeitos destas alterações e, com base em análise preliminar, não espera impactos relevantes.

IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados (ii) - alteram a contabilização dos planos de benefícios definidos, sendo as principais: a) eliminação do “método do corredor”; b) reconhecimento imediato no resultado dos custos de serviços passados; c) reconhecimento dos ganhos e prejuízos atuariais em outros resultados abrangentes, conforme ocorram; e d) substituição das despesas com juros e do retorno esperado sobre os ativos do plano por um valor de “juro líquido”, apurado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. Como a prática adotada pela Companhia já é o reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes, a Administração está analisando os efeitos destas alterações e, com base em análise preliminar, não espera impactos relevantes.

IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas (ii) - refletem modificações da contabilização de participação não controladora e tratam principalmente da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle, da contabilização de perda de controle de subsidiárias e da alocação de lucro ou prejuízo a participações controladoras e não controladoras em uma subsidiária. A Administração está analisando os efeitos destas alterações e, com base em análise preliminar, não espera impactos relevantes.

IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e “Joint Ventures” (ii): As alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objetivo esclarecer: (i) que um investimento em uma associada deve ser tratado como um ativo único para efeitos dos testes de “*impairment*” de acordo com a IAS 36 - “*Impairment*” de Ativos; (ii) que qualquer perda por “*impairment*” a ser reconhecida não deverá ser alocada a ativos específicos (especificamente ao ágio); e (iii) que as reversões de “*impairment*” são registradas como um ajuste ao valor contábil da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente. A Administração está analisando os efeitos destas alterações e, com base em análise preliminar, não espera impactos relevantes.

Notas Explicativas

Modificações à IFRS 7 e IAS 32 - *Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities* (ii) e (iv) - As alterações à IAS 32 esclarecem os requisitos para compensação de instrumentos financeiros e as alterações à IFRS 7 introduzem novos requisitos de divulgação para ativos e passivos financeiros que são compensados no balanço patrimonial. A Administração está analisando os efeitos destas alterações e, com base em análise preliminar, não espera impactos relevantes.

- (i) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.
- (ii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
- (iii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012.
- (iv) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Numerário disponível	796	2.247	332	4.680	21.049	1.330
Aplicações Financeiras de liquidez imediata						
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	54.087	49.732	87.063	187.288	132.366	87.063
Total	<u>54.883</u>	<u>51.979</u>	<u>87.395</u>	<u>191.968</u>	<u>153.415</u>	<u>88.393</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de rendimento em caso de resgate antecipado. As aplicações são remuneradas a taxas que variam entre 98,5% indo até 102,75% do CDI.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 29.

Notas Explicativas**5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Estes papéis eram representados por Certificado de Depósito Bancário (CDB) pós-fixado, no montante de R\$0 (R\$1.268 em 31 de dezembro de 2011 e R\$1.282 em 01 de janeiro de 2011) nas demonstrações financeiras consolidadas, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia, valores provenientes de venda de ativos que ficam retidos para reinvestimentos na rede elétrica ou aplicações que têm seus vencimentos superiores há três meses com perda significativa de rendimento em caso de resgate antecipado.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS (CLIENTES)

	Controladora				
	31/12/2012			31/12/2011	01/01/2011
	Vencidos Mais de 90 dias	Vincendos	Total	Total	Total
Concessionárias (a)	1.548	60.297	61.845	40.839	40584
TUST	-	684	684	666	579
Outras	-	609	609	1.820	4982
Total	1.548	61.590	63.138	43.325	46.145

	Consolidado				
	31/12/2012			31/12/2011	01/01/2011
	Vencidos Mais de 90 dias	Vincendos	Total	Total	Total
Concessionárias (a)	1.548	60.297	61.845	40.839	40584
TUST	-	684	684	666	579
Outras	-	5.303	5.303	3.150	4982
Total	1.548	66.284	67.832	44.655	46.145

(a) Refere-se à venda da energia própria a diversas concessionárias distribuidoras de energia elétrica.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a concessionárias e permissionárias (clientes) é divulgada na nota explicativa nº 29.

Notas Explicativas**7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES**

Controladora						
	Ativo			Passivo		
	31/12/2012	31/12/2011 Reapresentado	01/01/2011 Reapresentado	31/12/2012	31/12/2011 Reapresentado	01/01/2011 Reapresentado
CIRCULANTE						
ICMS a compensar	-	10.448	8.581	-	-	-
PIS/COFINS a compensar	672	66	43	-	-	-
PIS/COFINS a pagar	-	-	-	2.925	2.345	2.052
Outros	579	550	261	1.532	1.665	1.027
Total	1.251	11.064	8.885	4.457	4.010	3.079
NÃO CIRCULANTE						
ICMS a compensar	-	452	452	-	-	-
Total	-	452	452	-	-	-

Consolidado						
	Ativo			Passivo		
	31/12/2012	31/12/2011 Reapresentado	01/01/2011 Reapresentado	31/12/2012	31/12/2011 Reapresentado	01/01/2011 Reapresentado
CIRCULANTE						
ICMS a compensar	-	10.448	8.581	-	-	-
PIS/COFINS a compensar	672	66	43	-	-	-
PIS/COFINS a pagar	-	-	-	2.925	2.345	2.052
Outros	2.142	940	261	4.022	2.249	1.027
Total	2.814	11.454	8.885	6.947	4.594	3.079
NÃO CIRCULANTE						
ICMS a compensar	-	452	452	-	-	-
Total	-	452	452	-	-	-

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Controladora						
	Ativo			Passivo		
	31/12/2012	31/12/2011 Reapresentado	01/01/2011 Reapresentado	31/12/2012	31/12/2011 Reapresentado	01/01/2011 Reapresentado
CIRCULANTE						
IRRF a pagar	-	-	-	12	40	-
Provisão - IRPJ/CSLL	-	-	-	48.310	39.301	44.245
Total	-	-	-	48.322	39.341	44.245

Consolidado						
	Ativo			Passivo		
	31/12/2012	31/12/2011 Reapresentado	01/01/2011 Reapresentado	31/12/2012	31/12/2011 Reapresentado	01/01/2011 Reapresentado
CIRCULANTE						
IRRF a pagar	-	-	-	12	40	-
Provisão - IRPJ/CSLL	-	-	-	48.310	39.301	44.245
Total	-	-	-	48.322	39.341	44.245

Notas Explicativas

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Controladora								
	31/12/2012			31/12/2011 Reapresentado			01/01/2011 Reapresentado		
	Ativo IR / CSLL	Passivo IR / CSLL	Líquido IR / CSLL	Ativo IR / CSLL	Passivo IR / CSLL	Líquido IR / CSLL	Ativo IR / CSLL	Passivo IR / CSLL	Líquido IR / CSLL
Provisões para contingências trabalhistas	670	-	670	503	-	503	-	-	-
Outros	4.948	-	4.948	321	-	321	549	-	549
Custo atribuído Light Energia	-	(233.275)	(233.275)	-	(243.335)	(243.335)	-	(254.538)	(254.538)
Ativo/ (Passivo) tributário diferido bruto	5.618	(233.275)	(227.657)	824	(243.335)	(242.511)	549	(254.538)	(253.989)
Compensação	(5.618)	5.618	-	(824)	824	-	(549)	549	-
Ativo/ (Passivo) tributário diferido líquido	-	(227.657)	(227.657)	-	(242.511)	(242.511)	-	(253.989)	(253.989)

	Consolidado								
	31/12/2012			31/12/2011 Reapresentado			01/01/2011 Reapresentado		
	Ativo IR / CSLL	Passivo IR / CSLL	Líquido IR / CSLL	Ativo IR / CSLL	Passivo IR / CSLL	Líquido IR / CSLL	Ativo IR / CSLL	Passivo IR / CSLL	Líquido IR / CSLL
Provisões para contingências trabalhistas	670	-	670	503	-	503	-	-	-
Outros	5.148	-	5.148	321	-	321	549	-	549
Custo atribuído Light Energia	-	(233.275)	(233.275)	-	(243.335)	(243.335)	-	(254.538)	(254.538)
Mais valia da concessão	-	(92.319)	(92.319)	-	(99.632)	(99.632)	-	-	-
Ativo/ (Passivo) tributário diferido bruto	5.818	(325.594)	(319.776)	824	(342.967)	(342.143)	549	(254.538)	(253.989)
Compensação	(5.618)	5.618	-	(824)	824	-	(549)	549	-
Ativo/ (Passivo) tributário diferido líquido	200	(319.976)	(319.776)	-	(342.143)	(342.143)	-	(253.989)	(253.989)

Segue abaixo a movimentação do imposto de renda diferido para o exercício de 2012 e 2011:

	Saldo em 31 de dezembro de 2011	Aquisição de participações em acontroladas	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldo em 31 de dezembro de 2012
ATIVO					
Provisões para contingências trabalhistas	503	-	167	-	670
Outros	321	-	1.567	3.260	5.148
	824	-	1.734	3.260	5.818
PASSIVO					
Custo atribuído	(243.335)	-	10.060	-	(233.275)
Mais valia da concessão	(99.632)	(8.360)	15.673	-	(92.319)
	(342.967)	(8.360)	25.733	-	(325.594)

	Saldo em 01 de janeiro de 2011	Aquisição de participações em acontroladas	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldo em 31 de dezembro de 2011
ATIVO					
Provisões para contingências trabalhistas	-	-	503	-	503
Outros	549	-	(515)	287	321
	549	-	(12)	287	824
PASSIVO					
Custo atribuído	(254.538)	-	11.202	-	(243.336)
Mais valia da concessão	(99.632)	(99.632)	-	-	(199.264)
	(354.170)	(99.632)	11.202	-	(442.600)

Notas Explicativas

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011 Reapresentado	2012	2011 Reapresentado
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)	186.285	131.391	187.726	131.726
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas pela legislação vigente	(63.337)	(44.673)	(63.827)	(44.787)
Despesas Juros sobre Capital Próprio	2.011	1.895	2.011	1.895
Efeito de imposto de renda e contribuição social s/ as adições e exclusões permanentes	(696)	(605)	7.159	(700)
Efeito de imposto de renda e contribuição social s/ equivalência patrimonial	7.144	126	-	-
Diferença entre as bases de cálculo - imposto de renda e contribuição social e Incentivos Fiscais	1.564	1.602	1.564	1.600
Outros	735	24	(927)	26
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(52.579)	(41.631)	(54.020)	(41.966)
IRPJ e CSLL corrente no resultado	(80.840)	(53.459)	(81.487)	(53.156)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	28.261	11.828	27.467	11.190
	(52.579)	(41.631)	(54.020)	(41.966)
Alíquota efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social	28,2%	31,7%	28,8%	31,9%

A controlada em conjunto Renova Energia S.A. possui um saldo de ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulado não reconhecido no montante de R\$21.067 em 31 de dezembro de 2012, tendo em vista as incertezas na sua realização.

10. INVESTIMENTOS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Central Eólica Fontainha	500	500	500	-	-	-
Central Eólica São Judas Tadeu	498	498	498	-	-	-
Renova Energia *	381.383	360.371	-	-	-	-
Guanhães Energia *	36.476	-	-	-	-	-
Outros Investimentos	149	149	150	636	167	150
TOTAL INVESTIMENTOS	419.006	361.518	1.148	636	167	150

* Refere-se ao investimento apurado a partir do patrimônio líquido ajustado para fins de equivalência patrimonial, com a alocação do direito de uso da concessão apurado por ocasião da aquisição do investimento.

- Aquisição de participação na Guanhães Energia S.A. (controle em conjunto)

Em 28 de agosto de 2012, a controlada Light Energia S.A. finalizou a operação de aquisição de participação na Guanhães Energia, onde adquiriu 51% das ações ordinárias, que pertenciam a Investminas Participações S.A. A Guanhães Energia foi criada com a finalidade de implantar as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Dores de Guanhães, Senhora do Porto, Jacaré e Fortuna II, todas situadas no estado de Minas Gerais e que totalizam 44,80 MW de Potência Instalada. A entrada em operação comercial da primeira PCH está prevista para ocorrer em outubro de 2013 e da última em fevereiro de 2014. A Guanhães Energia S.A. é controlada em conjunto pela controlada Light Energia S.A. (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT (49%).

Notas Explicativas

O valor dos ativos líquidos adquiridos era de R\$26.586. A diferença entre o valor pago de R\$26.586 e o valor contábil de R\$10.357 refere-se à mais valia da concessão, ativo intangível identificável com vida útil definida alocado no intangível no balanço consolidado. Esse ativo será amortizado pelos prazos das concessões a partir da entrada em operação de cada uma delas.

Apresentamos abaixo um quadro com os ativos líquidos adquiridos da Guanhães Energia:

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Ativo circulante	401
Ativo imobilizado	10.727
Ativo intangível	24.589
Demais ativos não circulantes	159
Passivos circulantes	37
Passivos não circulantes	9.253
Total líquido de ativos identificáveis	26.586

- Aquisição de participação na Renova Energia S.A. “Renova Energia”

Em 17 de agosto de 2011, a Light Energia S.A. adquiriu 34,85% das ações ordinárias da Renova e 25,9% do seu capital total, passando a integrar o grupo de controle que pertencia à RR Participações S.A. Por meio de acordo de acionistas, foi estabelecido o controle em conjunto entre a Light Energia e a RR participações S.A. O valor dos ativos líquidos adquiridos era de R\$360.000. A diferença entre o valor pago de R\$360.000 e o valor contábil de R\$163.288 refere-se à mais valia da concessão, ativo intangível identificável com vida útil definida alocado no intangível no balanço consolidado. Esse ativo será amortizado pelos prazos das concessões a partir da entrada em operação de cada uma delas.

Apresentamos abaixo um quadro com os ativos líquidos adquiridos da Renova Energia:

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Ativo circulante	136.145
Ativo imobilizado	243.814
Ativo intangível	296.344
Demais ativos não circulantes	5.158
Passivos circulantes	101.213
Passivos não circulantes	220.248
Total líquido de ativos identificáveis	360.000

Notas Explicativas

- Diluição de participação na Renova Energia S.A.

Em 13 de julho de 2012, a Renova Energia S.A. e a BNDES Participações S.A. (“BNDESPAR”), subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), celebraram um acordo por meio do qual a BNDESPAR ingressaria no capital social da Renova Energia.

Em 26 de setembro de 2012 foi finalizada esta operação, onde foram subscritas e integralizadas 23.059.239 ações ordinárias e 4.875.036 ações preferenciais pela BNDESPAR, decorrentes da cessão gratuita do direito de preferência por RR Participações S.A., Light Energia S.A. e InfraBrasil Fundo de Investimento em Participações à BNDESPAR no âmbito do aumento de capital, ao preço de emissão de R\$9,3334 por ação, totalizando R\$314.702.

Após a entrada da BNDESPAR no capital social da Renova Energia S.A., o percentual de participação da controlada Light Energia S.A. na Renova Energia S.A. passou de 25,9% para 22,0%. Essa operação gerou um ganho de equivalência patrimonial na controlada Light Energia de R\$15.912.

Seguem abaixo os montantes decorrentes da diluição de participação na Renova Energia, que foram devidamente eliminados nas suas respectivas rubricas na demonstração dos fluxos de caixa do exercício de 2012:

Imobilizado	60.040
Intangível	43.479
Outros ativos	2.373
Empréstimos e financiamentos	35.113
Outros passivos	6.912

- A Companhia participa do Consórcio UHE Água Limpa, no Estado do Mato Grosso, com participação de 51%, sendo a outra parte da Cemig Geração e Transmissão S.A – CEMIG GT 49%. O consórcio tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração comercial do empreendimento.

Informações sobre as Companhias controladas e controladas em conjunto:

31/12/2012	Participação no capital (%)	Capital social integralizado	Capital social a integralizar	Recursos destinados a aumento de capital	Patrimônio líquido	Lucro / (Prejuízo) do período	Total Ativo
Central Eólica Fontainha	100,0	510	-	-	500	-	500
Central Eólica São Judas Tadeu	100,0	510	-	-	498	-	498
Renova Energia	22,0	224.168	-	-	218.405	7.230	589.972
Guanhães Energia	51,0	26.520	(16.163)	14.352	24.709	-	66.966

31/12/2011	Participação no capital (%)	Capital social integralizado	Patrimônio líquido	Lucro / (Prejuízo) do exercício	Total Ativo
Central Eólica Fontainha	100,0	510	500	-	510
Central Eólica São Judas Tadeu	100,0	510	498	-	502
Renova Energia	25,9	172.561	166.967	(5.594)	407.691

Notas Explicativas

01/01/2011	Participação no capital (%)	Capital social integralizado	Patrimônio líquido	Dividendos Propostos	Lucro / (Prejuízo) do exercício
Central Eólica Fontainha	100,0	510	500	-	-
Central Eólica São Judas Tadeu	100,0	510	498	-	-

Movimentação dos investimentos nas controladas e controlada em conjunto:

	31/12/2011	Aquisição de participação	Aporte de Capital	Equivalência Patrimonial	31/12/2012
Central Eólica Fontainha	500	-	-	-	500
Central Eólica São Judas Tadeu	498	-	-	-	498
Renova Energia	360.371	-	-	21.012	381.383
Guanhães Energia	-	26.586	9.890	-	36.476
Outros Investimentos	149	-	-	-	149

	01/01/2011	Aquisição de participação	Outros	Equivalência Patrimonial	31/12/2011
Central Eólica Fontainha	500	-	-	-	500
Central Eólica São Judas Tadeu	498	-	-	-	498
Renova Energia	-	360.000	-	371	360.371
Outros Investimentos	150	-	(1)	-	149

Os saldos integrais das controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2012, cuja consolidação foi proporcional são como seguem:

	RENOVA	GUANHÃES
ATIVO		
Circulante	669.298	4.846
Ativo realizavel longo prazo	83.838	311
Investimento	-	-
Imobilizado	1.924.903	126.149
Total do Ativo	2.678.039	131.306

PASSIVO		
Circulante	370.299	81.034
Não Circulante	1.316.343	1.824
Patrimônio líquido	991.397	48.449
Total do Passivo	2.678.039	131.306

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Receita líquida de vendas	115.639	-
Custos das vendas	(48.818)	-
Lucro bruto	66.821	-
Despesas gerais e administrativas	(44.089)	-
Resultado financeiro líquido	(22.571)	-
Lucro antes do IR e CSLL	161	-
Imposto de renda e contribuição social	(6.129)	-
Prejuízo do exercício	(5.968)	-

Notas Explicativas

11. IMOBILIZADO

IMOBILIZADO	Taxa Média Anual	Controladora			
		31/12/2012			31/12/2011
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		100.377	-	100.377	100.650
Reservatórios, barragens e adutoras	2,2	1.317.184	(865.544)	451.640	476.677
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,1	197.094	(119.399)	77.695	83.232
Máquinas e equipamentos	3,2	1.060.588	(547.289)	513.299	537.558
Veículos	20	7.054	(6.927)	127	-
Móveis e utensílios	8,9	5.169	(4.942)	227	391
GERAÇÃO		2.687.466	(1.544.101)	1.143.365	1.198.508
Terrenos		486	-	486	486
Máquinas e equipamentos	3,1	57.115	(42.840)	14.275	14.943
TRANSMISSÃO		57.601	(42.840)	14.761	15.429
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	8,9	2.141	(523)	1.618	1.610
Veículos		-	-	-	-
Móveis e utensílios	10,1	219	(118)	101	123
ADMINISTRAÇÃO		2.360	(641)	1.719	1.733
Em Serviço		2.747.427	(1.587.582)	1.159.845	1.215.670
Geração		179.751	-	179.751	143.093
Administração		6.978	-	6.978	5.841
Em Curso		186.729	-	186.729	148.934
TOTAL IMOBILIZADO		2.934.156	(1.587.582)	1.346.574	1.364.604

IMOBILIZADO	Taxa Média Anual	Consolidado			
		31/12/2012			31/12/2011
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		100.510	-	100.510	100.804
Reservatórios, barragens e adutoras	2,2	1.338.290	(867.746)	470.544	499.388
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,1	223.096	(120.889)	102.207	93.764
Máquinas e equipamentos	3,2	1.332.056	(554.946)	777.110	553.375
Veículos	20	7.054	(6.927)	127	-
Móveis e utensílios	8,9	5.255	(4.982)	273	441
GERAÇÃO		3.006.261	(1.555.490)	1.450.771	1.247.772
Terrenos		486	-	486	486
Máquinas e equipamentos	3,1	76.324	(43.133)	33.191	14.943
Edificações, obras civis e benfeitorias		367	(5)	362	-
TRANSMISSÃO		77.177	(43.138)	34.039	15.429
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,1	502	(33)	469	542
Máquinas e equipamentos	8,9	2.533	(674)	1.859	1.255
Veículos	20,0	-	-	-	370
Móveis e utensílios	10,1	982	(118)	864	984
ADMINISTRAÇÃO		4.017	(825)	3.192	3.151
Em Serviço		3.087.455	(1.599.453)	1.488.002	1.266.352
Geração		340.203	-	340.203	390.722
Administração		7.109	-	7.109	5.971
Em Curso		347.312	-	347.312	396.693
TOTAL IMOBILIZADO		3.434.767	(1.599.453)	1.835.314	1.663.045

Notas Explicativas

Segue abaixo a mutação do imobilizado:

	Controladora			
	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências entre contas
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO				
Custo				
Geração	2.688.984	2.032	(3.690)	140
Transmissão	57.601	-	-	-
Administração	2.263	-	-	97
Total da Imobilização em Serviço	2.748.848	2.032	(3.690)	237
(-) Depreciação				
Geração	(1.490.476)	(55.022)	1.397	-
Transmissão	(42.172)	(668)	-	-
Administração	(530)	(111)	-	-
Total da Imobilização em Serviço/Depreciação	(1.533.178)	(55.801)	1.397	-
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO				
Geração	143.093	36.798	-	(140)
Administração	5.841	1.234	-	(97)
Total da Imobilização em Curso	148.934	38.032	-	(237)
TOTAL IMOBILIZADO	1.364.604	(15.737)	(2.293)	-

	Controladora			
	Saldos em 01/01/2011	Adições	Baixas	Transferências entre contas
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO				
Custo				
Geração	2.660.944	-	(4.321)	32.361
Transmissão	57.601	-	-	-
Administração	1.567	-	(8)	704
Total da Imobilização em Serviço	2.720.112	-	(4.329)	33.065
(-) Depreciação				
Geração	(1.436.442)	(55.913)	1.879	-
Transmissão	(41.504)	(668)	-	-
Administração	(363)	(167)	-	-
Total da Imobilização em Serviço/Depreciação	(1.478.309)	(56.748)	1.879	-
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO				
Geração	124.221	50.642	-	(31.770)
Administração	5.695	1.441	-	(1.295)
Total da Imobilização em Curso	129.916	52.083	-	(33.065)
TOTAL IMOBILIZADO	1.371.719	(4.665)	(2.450)	-

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2012
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO				
Custo				
Geração	2.743.543	2.032	(3.729)	3.006.261
Transmissão	57.601	-	-	77.177
Administração	3.822	-	(10)	4.017
Total da Imobilização em Serviço	<u>2.804.966</u>	<u>2.032</u>	<u>(3.739)</u>	<u>3.087.455</u>
(-) Depreciação				
Geração	(1.495.771)	(61.171)	1.397	(1.555.490)
Transmissão	(42.172)	(909)	-	(43.138)
Administração	(671)	(210)	-	(825)
Total da Imobilização em Serviço/Depreciação	<u>(1.538.614)</u>	<u>(62.290)</u>	<u>1.397</u>	<u>(1.599.453)</u>
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO				
Geração	390.722	234.909	(1.273)	340.203
Administração	5.971	1.233	-	7.109
Total da Imobilização em Curso	<u>396.693</u>	<u>236.142</u>	<u>(1.273)</u>	<u>347.312</u>
TOTAL IMOBILIZADO	<u>1.663.045</u>	<u>175.884</u>	<u>(3.615)</u>	<u>1.835.314</u>

	Consolidado			
	Saldos em 01/01/2011	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2011
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO				
Custo				
Geração	2.660.944	-	(4.321)	2.743.543
Transmissão	57.601	-	-	57.601
Administração	1.567	-	(8)	3.822
Total da Imobilização em Serviço	<u>2.720.112</u>	<u>-</u>	<u>(4.329)</u>	<u>2.804.966</u>
(-) Depreciação				
Geração	(1.436.442)	(61.208)	1.879	(1.495.771)
Transmissão	(41.504)	(668)	-	(42.172)
Administração	(363)	(308)	-	(671)
Total da Imobilização em Serviço/Depreciação	<u>(1.478.309)</u>	<u>(62.184)</u>	<u>1.879</u>	<u>(1.538.614)</u>
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO				
Geração	124.221	353.321	-	390.722
Administração	5.695	3.007	-	5.971
Total da Imobilização em Curso	<u>129.916</u>	<u>356.328</u>	<u>-</u>	<u>396.693</u>
TOTAL IMOBILIZADO	<u>1.371.719</u>	<u>294.144</u>	<u>(2.450)</u>	<u>1.663.045</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi incorporado ao Ativo Imobilizado, a título de capitalização de juros, o montante de R\$6.868 (R\$9.592 em dezembro de 2011).

Em 29 de junho de 2012 houve a entrada em operação de 14 parques eólicos da controlada em conjunto Renova Energia S.A. que estavam registrados no imobilizado em curso.

Notas Explicativas

i. Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas de depreciação, com base na estimativa da vida útil dos bens e acordo com a Resolução Aneel nº 474 de 7 de fevereiro de 2012, são as seguintes:

GERAÇÃO	%	ADMINISTRAÇÃO	%	TRANSMISSÃO	%
Barramento	2,50	Edificações	3,33	Condutor do sistema	2,70
Disjuntor	3,03	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25
Edificações	3,33	Veículos	14,29	Estrutura do sistema	2,70
Equipamentos da tomada d'água	3,70			Religadores	4,00
Estrutura da tomada d'água	2,86				
Gerador	3,33				
Reserv., barragens e adutoras	2,00				
Sistema de comunicação local	6,67				
Turbina hidráulica	2,50				

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão das usinas hidrelétricas e PCHs preveem que, ao final do prazo de cada concessão, o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado às controladas e controladas em conjunto, de forma que a Administração entende que o valor do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsado pelo Poder Concedente.

Os parques eólicos da controlada em conjunto Renova Energia, referente ao Leilão de Energia de Reserva 2009 (LER 2009), entraram em operação durante o exercício de 2012.

12. INTANGÍVEL

	Controladora				
	31/12/2012		31/12/2011	01/01/2011	
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Intangível					
Intangível	9.069	(6.785)	2.284	2.551	2.491
Em Serviço	9.069	(6.785)	2.284	2.551	2.491
Intangível	316	-	316	269	514
Em Curso	316	-	316	269	514
Total	9.385	(6.785)	2.600	2.820	3.005

Notas Explicativas

	Consolidado				
	31/12/2012		31/12/2011	01/01/2011	
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Intangível					
Direito de uso da concessão	266.308	-	266.308	293.036	-
Intangível	9.425	(6.865)	2.560	2.551	2.491
Em Serviço	<u>275.733</u>	<u>(6.865)</u>	<u>268.868</u>	<u>295.587</u>	<u>2.491</u>
Intangível	315	-	315	269	514
Em Curso	<u>315</u>	<u>-</u>	<u>315</u>	<u>269</u>	<u>514</u>
Total	<u>276.048</u>	<u>(6.865)</u>	<u>269.183</u>	<u>295.856</u>	<u>3.005</u>

A Companhia registra em seu intangível, além do direito de uso da concessão, que é amortizado pelo prazo das respectivas concessões, softwares, amortizados a uma taxa de 20% a.a. e servidão de passagem, que não possui amortização por se tratar do direito de uso de uma faixa de terreno, normalmente associado a uma Linha de Transmissão.

Segue abaixo a mutação do intangível:

	Controladora		
	Saldos em 31/12/2011	Adições	Saldos em 31/12/2012
Em Serviço			
Intangível	9.069	-	9.069
Total do Intangível em Serviço	<u>9.069</u>	<u>-</u>	<u>9.069</u>
(-) Amortização			
Intangível	(6.518)	(267)	(6.785)
Total do Intangível em Serviço Depreciação	<u>(6.518)</u>	<u>(267)</u>	<u>(6.785)</u>
Em Curso			
Intangível	269	47	316
Total do Intangível em Curso	<u>269</u>	<u>47</u>	<u>316</u>
TOTAL	<u>2.820</u>	<u>(220)</u>	<u>2.600</u>

Notas Explicativas

	Consolidado				
	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas *	Transferências entre contas	Saldos em 31/12/2012
Em Serviço					
Intangível	9.069	96	-	260	9.425
Direito de concessão	293.036	24.498	(51.226)	-	266.308
Total do Intangível em Serviço	302.105	24.594	(51.226)	260	275.733
(-) Amortização					
Intangível	(6.518)	(319)	-	(28)	(6.865)
Direito de concessão	-	-	-	-	-
Total do Intangível em Serviço Depreciação	(6.518)	(319)	-	(28)	(6.865)
Em Curso					
Intangível	269	46	-	-	315
Total do Intangível em Curso	269	46	-	-	315
TOTAL	295.856	24.321	(51.226)	232	269.183

* Inclui diluição da participação na Renova Energia.

	Consolidado			
	Saldos em 01/01/2011	Adições	Transferências entre contas	Saldos em 31/12/2011
Em Serviço				
Intangível	8.770	-	299	9.069
Direito de concessão	-	293.036	-	293.036
Total do Intangível em Serviço	8.770	293.036	299	302.105
(-) Amortização				
Intangível	(6.279)	(239)	-	(6.518)
Total do Intangível em Serviço Depreciação	(6.279)	(239)	-	(6.518)
Em Curso				
Intangível	514	54	(299)	269
Total do Intangível em Curso	514	54	(299)	269
TOTAL	3.005	292.851	-	295.856

Notas Explicativas**13. FORNECEDORES**

CIRCULANTE	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Encargos de uso da rede elétrica	1.439	1.899	1.722	1.439	1.899	1.722
Fornecimento de Energia	3.302	296	7.035	3.302	296	7.035
Materiais e serviços	10.989	15.739	15.233	53.206	20.803	15.233
Total	15.730	17.934	23.990	57.947	22.998	23.990

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia efetuou a compra de ativos para a manutenção e expansão da concessão, registrados em fornecedores, que não afetou o saldo de caixa consolidado, no montante de R\$43.088. Na controladora não houve transação não caixa.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a fornecedores é divulgada na nota explicativa nº 29.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS FINANCEIROS

No contexto do projeto de desverticalização, em contrapartida à aquisição de bens e direitos vinculados à atividade de geração de energia elétrica, a Light Energia S.A. se obrigou a liquidar, até o limite do valor dos bens e direitos advindos da Light Serviços de Eletricidade S.A. (Light SESA), nos mesmos prazos e com os mesmos encargos, dívidas assumidas originalmente pela Light SESA. Portanto, a Light Energia S.A. permanece responsável pelo pagamento de todas as dívidas que hoje a ela incumbe, inclusive as estabelecidas nos contratos celebrados no âmbito da renegociação havida com os bancos privados.

	Controladora						31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
	Circulante			Não Circulante		Total			
	Principal	Encargos	Total	Principal	Total				
Assunção de dívida – Light SESA	1.225	247	1.472	5.636	5.636	7.108	9.092	13.021	
CitiBank	-	800	800	163.480	163.480	164.280	-	-	
Total em Moeda Estrangeira	1.225	1.047	2.272	169.116	169.116	171.388	9.092	13.021	
Assunção de dívida – Light SESA	15.876	6.818	22.694	71.751	71.751	94.445	183.062	272.505	
BNDES - FINEM	9.774	132	9.906	36.835	36.835	46.741	25.926	29.298	
Fianças bancárias diversas	-	5	5	-	-	5	-	-	
Total em Moeda Nacional	25.650	6.955	32.605	108.586	108.586	141.191	208.988	301.803	
Total Geral	26.875	8.002	34.877	277.702	277.702	312.579	218.080	314.824	

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Circulante			Não Circulante		Total		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Assunção de dívida – Light SESA	1.225	247	1.472	5.636	5.636	7.108	9.092	13.021
CitiBank	-	800	800	163.480	163.480	164.280	-	-
Total em Moeda Estrangeira	1.225	1.047	2.272	169.116	169.116	171.388	9.092	13.021
Assunção de dívida – Light SESA	15.876	6.818	22.694	71.751	71.751	94.445	183.062	272.505
BNDES - FINEM	9.774	132	9.906	36.835	36.835	46.741	25.926	29.298
Renova Energia - NP	-	-	-	-	-	-	38.836	-
Renova Energia - BNDES	42.187	-	42.187	197.820	197.820	240.007	167.080	-
Renova Energia - Bco do Nordeste	1.237	240	1.477	22.508	22.508	23.985	28.766	-
Fianças bancárias diversas	-	5	5	-	-	5	-	-
Total em Moeda Nacional	69.074	7.195	76.269	328.914	328.914	405.183	443.670	301.803
Total Geral	70.299	8.242	78.541	498.030	498.030	576.571	452.762	314.824

A Companhia mantém as seguintes linhas de crédito:

- R\$50.000 de linha de crédito de saque a descoberto não garantidos.
- R\$8.998 que podem ser desembolsados em parcelas para atender a necessidades de investimentos.

Abaixo segue quadro com condições contratuais dos empréstimos e financiamentos da controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2012:

Financiador	Data de Assinatura	Moeda	Taxa de Juros a.a	Taxa Efetiva	Amortização do Principal		
					Início	Forma de pagamento	Término
TN - Par Bond	29/04/1996	US\$	6%	6,00%	2024	Única	2024
TN - Caução - Par Bond	29/04/1996	US\$	US Treasury	-	2024	Única	2024
TN - Discount Bond	29/04/1996	US\$	Libor + 13/16	1,31%	2024	Única	2024
TN - Caução - Discount Bond	29/04/1996	US\$	US Treasury	-	2024	Única	2024
TN - C. Bond	29/04/1996	US\$	8%	8,0%	2004	Semestral	2014
TN - Bib	26/04/1996	US\$	6%	6,00%	1999	Semestral	2013
Citibank - Energia	02/10/2012	US\$	Libor+1,60%	1,96%	2017	Semestral	2018
Debêntures 4ª Emissão	30/06/2005	TJLP	TJLP + 4%	9,50%	2009	Mensal	2015
Debêntures 5ª Emissão	22/01/2007	CDI	CDI + 1,50%	7,01%	2012	Trimestral	2014
BNDES - FINEM	05/11/2007	TJLP	TJLP + 4,3%	9,80%	2009	Mensal	2014
BNDES - FINEM direto	30/11/2009	TJLP	TJLP + 2,58%	8,08%	2011	Mensal	2017
BNDES - FINEM + 1	30/11/2009	TJLP	TJLP + 1% + 2,58%	9,08%	2011	Mensal	2017
BNDES - FINEM direto PSI	30/11/2009	R\$	4,5%	4,50%	2011	Mensal	2019
BNDES - Capex 11/12 L.Energia	10/04/2012	TJLP	TJLP + 1,81%	7,31%	2013	Mensal	2018
Renova Energia - BNDES TJLP+1,92%	05/05/2011	R\$	TJLP + 1,92%	7,42%	2013	Mensal	2029
Renova Energia - BNDES TJLP+2,18%	05/05/2011	R\$	TJLP + 2,18%	7,68%	2013	Mensal	2029
Renova Energia - BNDES TJLP+2,94%	18/12/2012	R\$	TJLP + 2,94%	8,44%	2013	Única	2013
Renova Energia - Banco do Nordeste	30/06/2006	R\$	8,08% a 9,5%	8,50%	2006	Mensal	2026

Além das cauções destacadas no quadro acima, os empréstimos estão garantidos por aval da Light S.A. e recebíveis no montante aproximado de R\$ 4.239 em 31 de dezembro de 2012.

Em 20 de julho de 2012, foram sacados R\$26.566 para o programa de investimentos da Companhia, referentes ao plano de investimento dos anos de 2011 e 2012.

Em 02 de outubro de 2012 ocorreu captação no valor de R\$162.400, através do Banco Citibank S.A., para fins de capital de giro.

Notas Explicativas

O total do principal devido, em moeda estrangeira, pela Companhia, ao Tesouro Nacional está composto como segue:

Modalidade	Início da amortização	Vencimento	Amortizações	Taxa de juros (a.a.) %	Taxa Efetiva	Consolidado		
						Principal 31/12/2012	Principal 31/12/2011	Principal 01/01/2011
Debt conversion bond	2004	2014	semestral	Libor + 7/8	-	-	607	1.619
Capitalization bond	2004	2014	semestral	8%	8%	1.772	2.712	3.372
Discount bond	2024	2024	única	Libor + 13/16	1,31%	9.700	8.904	7.910
Par bond	2024	2024	única	6%	6%	13.902	12.761	11.336
B.I.B	1999	2013	semestral	6%	6%	43	79	105
CitiBank	2017	2018	semestral	Libor + 1,60%	1,97%	163.480	-	-
Cauções ⁽¹⁾						(18.556)	(16.214)	(11.558)
						<u>170.341</u>	<u>8.849</u>	<u>12.784</u>

(1) As modalidades *discount bond* e *par bond* estão garantidas parcialmente por meio de cauções, no valor total de R\$18.556 em 31 de dezembro de 2012 (R\$16.214 em 31 de dezembro de 2011), apresentadas líquidas no saldo da Assunção de dívida - Light SESA.

Fianças bancárias, hipotecas, penhor de ações e cessão e vinculação de receita dos contratos firmados com a ELETROBRAS, são dados como garantia de empréstimos e financiamentos da Controlada em conjunto Renova Energia S.A., no montante de R\$1.211.031.

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos consolidados classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros) em 31 de dezembro de 2012:

	Controladora			Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda estrangeira	Total
2014	29.748	591	30.339	43.985	591	44.576
2015	60.899	-	60.899	75.214	-	75.214
2016	8.456	-	8.456	22.854	-	22.854
2017	6.855	108.987	115.842	21.340	108.987	130.327
2018	2.070	54.493	56.563	16.647	54.493	71.140
após 2018	558	5.045	5.603	148.874	5.045	153.919
Total	<u>108.586</u>	<u>169.116</u>	<u>277.702</u>	<u>328.914</u>	<u>169.116</u>	<u>498.030</u>

Segue abaixo a variação das moedas estrangeiras e indexadores:

	Variação %		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
USD - Dólar Americano	8,64	12,58	(4,31)
EUR	10,73	9,25	(11,14)
IGP-M	6,96	5,95	11,32
CDI	8,40	11,64	9,75
SELIC	8,49	11,62	9,78

Notas Explicativas

Seguem abaixo as movimentações dos empréstimos e financiamentos nos exercícios:

	Controladora			Consolidado		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2011	259.007	55.817	314.824	259.007	55.817	314.824
Empréstimos e financiamentos obtidos	401.632	-	401.632	401.632	-	401.632
Aquisição de participação na Renova	-	-	-	210.331	-	210.331
Variação cambial	-	-	-	20.359	-	20.359
Variação monetária	(1.840)	-	(1.840)	(1.840)	-	(1.840)
Encargos financeiros provisionados	-	49.693	49.693	-	53.684	53.684
Encargos financeiros pagos	-	(101.278)	(101.278)	-	(101.278)	(101.278)
Amortização de financiamentos	(445.333)	-	(445.333)	(445.333)	-	(445.333)
Amortização custo transação	383	-	383	383	-	383
Saldo em 31 de dezembro de 2011	213.849	4.232	218.081	444.539	8.223	452.762
Empréstimos e financiamentos obtidos	188.966	-	188.966	279.300	-	279.300
Diluição de participação na Renova	-	-	-	(33.021)	(1.808)	(34.829)
Variação cambial	842	-	842	842	-	842
Variação monetária	-	-	-	1.430	-	1.430
Encargos financeiros provisionados	-	20.458	20.458	-	31.290	31.290
Encargos financeiros pagos	-	(12.804)	(12.804)	-	(15.807)	(15.807)
Encargos capitalizado ao principal	3.884	(3.884)	-	20.524	(20.524)	-
Amortização de financiamentos	(103.348)	-	(103.348)	(143.438)	-	(143.438)
Custo de captação	-	-	-	(2.540)	-	(2.540)
Amortização custo transação	384	-	384	693	-	693
Encargos capitalizados ao imobilizado	-	-	-	-	6.868	6.868
Saldo em 31 de dezembro de 2012	304.577	8.002	312.579	568.329	8.242	576.571

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a captação dos empréstimos - BNDES, conforme previsto na deliberação CVM nº 556/08, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Emissão	31/12/2012			31/12/2011	01/01/2011
	Valor incorrido	Valor a apropriar	Custo Total	Custo Total	Custo Total
Bndes Direto Finem - Light Energia	4	6	10	11	11
Bndes Direto Finem +1 - Light Energia	4	6	10	11	11
Bndes Direto PSI - Light Energia	7	16	23	22	22
Bndes Direto - RENOVA	272	2.220	2.492	1.878	-
Total	287	2.248	2.535	1.922	44

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na nota explicativa nº 29.

Covenants

Os empréstimos, classificados no circulante e no não circulante, preveem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros (*covenants*). No quarto trimestre de 2012, a Companhia atendeu todos os indicadores requeridos contratualmente.

Notas Explicativas**15. DEBÊNTURES E ENCARGOS FINANCEIROS**

Financiador	Controladora								
	Circulante			Não Circulante			Total		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Debêntures 1ª Emissão	-	3.216	3.216	171.237	-	171.237	174.453	175.751	-
Debêntures 2ª Emissão	-	12.528	12.528	423.416	-	423.416	435.944	423.372	-
Debêntures 3ª Emissão	-	169	169	29.845	-	29.845	30.014	-	-
Moeda Nacional - Total	-	15.913	15.913	624.498	-	624.498	640.411	599.123	-

Financiador	Consolidado								
	Circulante			Não Circulante			Total		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	31/12/2012	31/12/2010	01/01/2011
Debêntures 1ª Emissão	-	3.216	3.216	171.237	-	171.237	174.453	175.751	-
Debêntures 2ª Emissão	-	12.528	12.528	423.416	-	423.416	435.944	423.372	-
Debêntures 3ª Emissão	-	169	169	29.845	-	29.845	30.014	-	-
Debêntures Renova	-	-	-	66.050	1.184	67.234	67.234	-	-
Debêntures Guanhães	33.039	-	33.039	-	-	-	33.039	-	-
Moeda Nacional - Total	33.039	15.913	48.952	690.548	1.184	691.732	740.684	599.123	-

Em 10 de abril de 2011, foi realizada pela Companhia, a primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações, mediante oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/05, no valor de R\$170.000. A entrada dos recursos atualizados no caixa da Companhia ocorreu em 12 de maio de 2011, no montante de R\$171.794. Os recursos obtidos por meio da emissão foram integralmente utilizados para: (i) financiamento do programa de investimentos da Companhia; e (ii) financiamento de seu capital de giro. As debêntures terão prazo de vigência de 5 anos, contados da data de emissão, com vencimento em 10 de abril de 2016.

Em 29 de dezembro de 2011 ocorreu a 2ª emissão de debêntures da Companhia, no montante de R\$425.000. Conforme aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 16 de dezembro de 2011, os recursos obtidos por meio da emissão devem ser utilizados para (i) resgate antecipado das notas promissórias comerciais, inclusive encargos, emitidas em 19 de agosto de 2011, integrantes da única série da primeira emissão da Companhia; e (ii) reforço do capital de giro.

Em outubro de 2012, a controlada em conjunto Guanhães Energia S.A. emitiu a 1ª emissão de debêntures simples, em série única, perfazendo o montante de R\$33.150, a qual refere-se ao valor da participação da Companhia.

Em outubro de 2012, a controlada em conjunto Renova Energia S.A. emitiu a 2ª emissão de debêntures simples, em nove séries, perfazendo o montante de R\$66.090, a qual refere-se ao valor da participação da Companhia.

Segue abaixo quadro com as condições contratuais das debêntures em 31 de dezembro de 2012:

Notas Explicativas

Financiador	Data de Assinatura	Moeda	Taxa de Juros a.a	Taxa Efetiva	Amortização do Principal		
					Início	Forma de pagamento	Término
Debêntures 1ª Emissão	10/04/2011	CDI	CDI + 1,45%	7,00%	2015	Anual	2016
Debêntures 2ª Emissão	29/12/2011	CDI	CDI + 1,18%	6,98%	2016	Anual	2019
Debêntures 3ª Emissão	24/08/2012	CDI	CDI + 1,18%	6,98%	2015	Anual	2026
Debêntures Renova Energia	03/09/2012	CDI	CDI + 1,51%	8,51%	2014	Anual	2022
Debêntures Guanhões Energia	18/10/2012	CDI	CDI + 0,39%	7,32%	2013	Única	2013

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures, conforme previsto na deliberação CVM nº 556/08, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Emissão	31/12/2012			31/12/2011	01/01/2011
	Valor incorrido	Valor a apropriar	Custo Total	Custo Total	Custo Total
Debêntures 1ª Emissão (Light Energia)	293	556	849	849	-
Debêntures 2ª Emissão (Light Energia)	248	1.583	1.831	1.831	-
Debêntures 3ª Emissão (Light Energia)	4	155	159	-	-
Debêntures 1ª Emissão (Renova)	14	454	468	-	-
Total	559	2.748	3.307	2.680	-

As debêntures da Light Energia possuem como garantia o aval da controladora (Light S.A.).

As parcelas relativas ao principal das debêntures classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros) em 31 de dezembro de 2012:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2012	31/12/2012
2014	-	2.188
2015	87.851	93.540
2016	193.632	199.539
2017	108.502	114.846
2018	108.499	116.156
após 2018	126.014	164.280
Total	624.498	690.549

Notas Explicativas

Seguem abaixo as movimentações das debêntures ocorridas nos períodos:

	Controladora			Consolidado		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2011	-	-	-	-	-	-
Captação de debêntures	596.794	-	596.794	596.794	-	596.794
Encargos financeiros provisionados	-	16.126	16.126	-	16.126	16.126
Encargos Financeiros Pagos	-	(11.248)	(11.248)	-	(11.248)	(11.248)
Custo de captação	(2.681)	-	(2.681)	(2.681)	-	(2.681)
Amortização custo de captação	132	-	132	132	-	132
Saldo em 31 de dezembro de 2011	594.245	4.878	599.123	594.245	4.878	599.123
Captação de debêntures	30.000	-	30.000	129.543	-	129.543
Encargos financeiros provisionados	-	57.501	57.501	-	58.685	58.685
Encargos Financeiros Pagos	-	(46.466)	(46.466)	-	(46.466)	(46.466)
Custo de captação	(159)	-	(159)	(627)	-	(627)
Amortização custo de captação	412	-	412	426	-	426
Saldo em 31 de dezembro de 2012	624.498	15.913	640.411	723.587	17.097	740.684

Covenants

As Debêntures da Light Energia preveem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. No quarto trimestre de 2012, a Companhia atingiu todos os indicadores requeridos contratualmente.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a debêntures é divulgada na nota explicativa nº 29.

16. PROVISÕES

Os principais pedidos objeto das ações são de natureza trabalhista e envolvem as seguintes matérias: horas extras adicionais de periculosidade, equiparação salarial, dano moral, responsabilidade subsidiária-solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados e diferença da multa de 40% do FGTS decorrente da correção por expurgos inflacionários. Para tais processos a Companhia possui provisão no montante de R\$1.585, em 31 de dezembro de 2012 (R\$1.480 em 31 de dezembro de 2011 e R\$1.188 em 01 de janeiro de 2011).

Notas Explicativas

	Controladora	Consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2011	1.188	1.188
Adições	2.017	2.017
Atualizações	10	10
Baixas/ pagamentos	(623)	(623)
Baixas/ reversão	(1.112)	(1.112)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.480	1.480
Adições	1.631	1.650
Baixas/ pagamentos	(697)	(697)
Baixas/ reversão	(829)	(829)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.585	1.604

17. CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos judiciais, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. As contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

Natureza	31/12/2012		31/12/2011	
	Saldo	Quantidade de Processos	Saldo	Quantidade de Processos
Cíveis	39	18	153	37
Trabalhistas	8.551	19	6.396	12
Fiscais	14.400	2	12.800	2
Total	22.990	39	19.349	51

a) Fiscais

- IRPJ - Contribuições da Braslight e Provisões indedutíveis (Processo 16682.720133/2011-75) Auto de infração lavrado para cobrança de IRPJ em razão da (i) impossibilidade de dedução das despesas com variação monetária principal e juros, decorrentes do passivo Braslight, por não serem consideradas necessárias à atividade da empresa, (ii) Impossibilidade de dedução das provisões com Recursos Hídricos, Encargos de Uso de Rede Básica, Encargos do Uso de Sistema de Distribuição - CUSD, e (iii) Compensação indevida de Prejuízo Fiscal. Apresentada impugnação ao referido auto de infração, a qual foi julgada parcialmente procedente para reduzir a autuação de R\$ 9.400 para R\$ 4.300. Interposto Recurso Voluntário em face do saldo remanescente, o qual aguarda julgamento. Também foi interposto Recurso de Ofício pela Fazenda em face da parte vencida da autuação. O montante quantificável em 31 de dezembro de 2012 é de R\$10.000 (R\$9.600 em 31 de dezembro de 2011).
- ICMS - Crédito de ICMS - processo E-04/053.245/09) - Trata-se de autuação pelo fisco estadual onde se discute a legalidade do crédito de ICMS nas aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, focando a divergência no percentual adotado como critério de cálculo do coeficiente de participação das saídas tributadas em relação às saídas totais de cada período. A interpretação dada pela Companhia é no sentido da legalidade do percentual utilizado na composição do fator de crédito, tendo em vista que as operações de vendas de energia elétrica,

Notas Explicativas

amparadas pelo instituto do diferimento do imposto são, na verdade, saídas tributadas, com a incidência do imposto deslocada para momento posterior, fato este autorizativo da integração desses valores na composição do fator de crédito do ICMS. Apresentada impugnação, a mesma não foi acolhida no julgamento de primeira instância. Interposto Recurso Voluntário ao Conselho de Contribuintes do Estado, o julgamento foi desfavorável às razões da empresa, por maioria de votos, abrindo possibilidade de interposição de Recurso Especial ao Conselho Pleno do Conselho de Contribuintes, ainda pendente de julgamento final na fase administrativa. O montante quantificável em 30 de setembro de 2012 é de R\$3.455 (R\$3.000 em 31 de dezembro de 2011).

b) Ambientais

Em 31 de dezembro de 2012, havia duas ações civis públicas relacionadas à matéria ambiental, que por envolver interesses difusos e interesses coletivos foram julgadas relevantes pela Companhia apresentadas abaixo:

- Município de Barra do Piraí - Ação Civil Pública nº 2003.006.005951-0 - Pleiteia a reparação e a recomposição de supostos danos ambientais ocasionados pelas construções das barragens de Santa Cecília e Santana, como parte integrante do sistema de transposição de águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul para a Bacia do Rio Guandu, alimentando as usinas de Fontes, Nilo Peçanha e Pereira Passos. Em fevereiro de 2010 foi homologado em juízo o acordo para celebração de um Termo de Ajuste de Conduta (“TAC”) junto ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que previa o pagamento de R\$14.200 pela Companhia e a realização da dragagem do Rio Piraí pelo Município. A Companhia já cumpriu a sua obrigação e após cumprida a obrigação do município a ação será arquivada.
- Ministério Público de São Paulo - Ação Civil Pública nº 042/00 - O Ministério Público de São Paulo requer: (i) execução integral do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (“PRAD”) referente às áreas que foram degradadas quando da construção da barragem de Santa Branca e (ii) obrigação de não fazer, no sentido de abster-se de dar outra destinação que não seja a inequívoca recuperação ambiental. Não há valor provisionado, as obras do Plano de Ação são investimentos necessários à operação do Reservatório, já tendo, inclusive a Light Energia celebrado contrato com a Seel Serviços Especiais de Engenharia Ltda. para a execução das obras do 1º Triênio no valor de R\$5.961.

c) Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: horas extras adicionais de periculosidade, equiparação salarial, dano moral, responsabilidade subsidiário-solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados e diferença da multa de 40% do FGTS decorrente da correção por expurgos inflacionários. Em 31 de dezembro de 2012 o montante envolvido em tais discussões é de R\$8.551.

Notas Explicativas

18. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia é uma das patrocinadoras instituidoras da Fundação de Seguridade Social - BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Companhia vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974 e possui quatro planos - A, B, C e D - implantados em 1975, 1984, 1998 e 2010, respectivamente, tendo o plano C recebido migração de aproximadamente 96% dos participantes ativos dos planos A e B.

Atualmente estão em vigor os Planos A e B do tipo Benefício Definido, C do tipo Benefício Misto e D do tipo contribuição definida, segue abaixo a descrição dos planos:

Seguem abaixo as obrigações registradas no Balanço Patrimonial da Companhia com benefícios de plano de pensão:

	31/12/2012			31/12/2011			01/01/2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Reapresentado Não circulante	Total	Circulante	Reapresentado Não circulante	Total
Dívida contratual com fundo de pensão	1.293	9.645	10.938	974	10.986	11.960	951	10.301	11.252
Complemento Passivo CVM 600	-	9.200	9.200	-	(771)	(771)	-	-	-
Contas a pagar Braslight	-	-	-	98	-	98	-	-	-
Outros	144	-	144	97	-	97	48	-	48
Total	1.437	18.845	20.282	1.169	10.215	11.384	999	10.301	11.300

Em 02 de outubro de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar, que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001. Em 31 de dezembro de 2012 restavam 162 parcelas mensais, que totalizam o passivo contratual de R\$10.938.

O contrato é ajustado anualmente pelo déficit ou superávit registrado na Braslight, e consequentemente as parcelas a vencer podem sofrer aumento ou redução em função disso.

As despesas com fundo de pensão são registradas no resultado financeiro por representarem os juros e variação monetária incidentes sobre a dívida com a Braslight.

Em relação às aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial é a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais, adicionada ou reduzida por eventuais ganhos ou perdas atuariais, conforme CVM nº600/09. Tendo em vista que o laudo atuarial para 31 de dezembro de 2012, considerando as premissas adotadas pela Companhia, resumidas mais abaixo nesta nota, apontou montante superior ao total da dívida pactuado, a Companhia efetuou um complemento no montante de R\$9.200 na rubrica de Plano Previdenciário em contra partida à outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

As movimentações ocorridas no passivo contratual no exercício de 2012 são como segue:

	Total Consolidado	Circulante	Não circulante
Saldo em 01 de janeiro de 2011	11.252	951	10.301
Amortizações no exercício	(1.093)	(1.093)	-
Atualizações no resultado do exercício	1.801	1.801	-
Transferência para o circulante	-	(685)	685
Saldo em 31 de dezembro de 2011	11.960	974	10.986
Amortizações no exercício	(1.260)	(1.260)	-
Atualizações no resultado do exercício	1.353	1.353	-
Atualizações no resultado abrangente	(1.115)	(1.115)	-
Transferência para o circulante	-	1.341	(1.341)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	10.938	1.293	9.645

a) Descrição dos planos

Plano A/B - os benefícios são do tipo "benefício definido" e correspondem à diferença entre um percentual, variável de 80% a 100%, do maior valor entre a média dos últimos 12 e dos últimos 36 salários, atualizados para a data de início do benefício, e o valor do benefício concedido pelo INSS.

Plano C - os benefícios programáveis, durante a fase de capitalização, são do tipo "contribuição definida", sem vinculação com o INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, estes uma vez concedidos, são do tipo "benefício definido". As duas parcelas têm seus patrimônios apurados em quotas.

Ao participante que migrou do Plano A/B para o Plano C foi concedido um benefício saldado de renda vitalícia, com reversão em pensão, proporcional ao tempo de contribuição à Braslight na ocasião de migração, contado de sua última inscrição na Fundação, diferido para recebimento após o mesmo ter completado um conjunto de condições de habilitação. Esta parcela é denominada Subplano de Benefício Definido Saldado do Plano C.

Plano D - aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social - PREVIC/MPS em 22 de março de 2010 e teve sua primeira contribuição no mês de abril de 2010. Neste plano, os benefícios são do tipo "contribuição definida" antes e após a sua concessão.

As informações atuariais consolidadas são conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011 Reapresentado	01/01/2011 Reapresentado
Valor presente da obrigação atuarial com cobertura	(74.367)	(58.173)	(52.179)
Valor justo dos ativos do plano	54.221	46.984	42.315
Passivo Líquido	(20.146)	(11.189)	(9.864)
Passivo líquido, CVM nº 600/2009	(20.146)	(11.189)	(9.864)
Saldo do contrato ajustado com a Braslight	(10.938)	(11.960)	(11.252)

Notas Explicativas

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011 Reapresentado
Valor justo dos ativo no início do ano	46.984	42.314
Rendimento esperado no ano	5.764	4.622
Ganhos/(perdas) atuariais nos ativos do plano	3.285	3.709
Contribuições da patrocinadora	1.354	1.249
Benefícios pagos pelo plano/empresa	(3.166)	(4.910)
Valor justo dos ativos no final do ano	<u>54.221</u>	<u>46.984</u>

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011 Reapresentado
Valor justo das obrigações no início do ano	58.173	52.179
Custo do serviço corrente	110	116
Juros sobre obrigação atuarial	5.952	5.407
(Ganho)/perda atuariais reconhecidas	13.298	5.381
Benefícios pagos no ano	(3.166)	(4.910)
Valor justo das obrigações no final do ano	<u>74.367</u>	<u>58.173</u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011 Reapresentado
Custo do serviço corrente	110	116
Juros sobre as obrigações atuariais	5.952	5.407
Rendimento esperado dos ativos do plano	(5.764)	(4.622)
Ajuste atualização de dívida Braslight	1.055	900
Custo esperado estimado	<u>1.353</u>	<u>1.801</u>

Notas Explicativas

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011 Reapresentado
Passivo líquido no início do ano	11.189	9.864
Despesa reconhecida no resultado	1.353	1.801
Montantes reconhecidos no OCI	8.857	(1.501)
Contribuições pagas	(8.657)	(424)
Entrada (saída) de transferências líquidas	7.404	1.449
Passivo Líquido no final do ano	<u>20.146</u>	<u>11.189</u>

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2013 é como segue:

	2013
Custo do serviço corrente	89
Juros sobre as obrigações atuariais	5.979
Rendimento esperado dos ativos do plano	(4.429)
	<u>1.639</u>

A Light tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2013 no montante de R\$1.281.

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Renda Fixa	73,32%	74,86%
Renda Variável	15,23%	13,07%
Imóveis	11,23%	4,98%
Outros	0,22%	7,09%
Custo esperado estimado	<u>100%</u>	<u>100%</u>

Notas Explicativas

O retorno real sobre os ativos dos planos foi de R\$9.049 em 2012 (R\$8.331 em 31 de dezembro de 2011).

Premissas Atuariais:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Taxa de juros nominal (desconto) a valor presente do passivo atuarial	8,26%	10,56%	10,66%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano nominal	8,26%	10,96%	10,96%
Taxa anual de inflação	4,50%	4,50%	4,40%
Taxa de crescimento salarial	7,01%	6,59%	6,49%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,50%	4,50%	4,40%
Fator de capacidade	98,00%	98,00%	98,00%
Taxa rotativa	Baseado na idade	Baseado na idade	Baseado na idade
Tábua geral de mortalidade	AT - 83 (1)	AT - 83 (1)	AT - 83 (1)
Tábua de entrada em invalidez (planos A/B)	LIGHT - Forte	LIGHT - Forte	LIGHT - Forte
Tábua de entrada em invalidez (plano C saldado)	LIGHT - Forte	LIGHT - Forte	LIGHT - Forte
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57	IAPB-57
Participantes ativos	156	175	202
Participantes aposentados e pensionistas	70	64	49

⁽¹⁾ Tábua sem agravamento

19. OUTROS DÉBITOS

CIRCULANTE	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	501	238	121	501	238	121
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	312	119	60	312	119	60
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	2.845	3.400	2.958	2.845	3.400	2.958
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	4.036	4.205	4.000	4.036	4.205	4.000
Taxa de Fiscalização da ANEEL	-	-	110	-	-	110
Outros débitos - valores a reembolsar à Light SESA	10.930	10.515	10.349	10.930	10.515	10.349
Outros *	946	1.534	1.456	1.986	1.578	1.456
Total Circulante	19.570	20.011	19.054	20.610	20.055	19.054
NÃO CIRCULANTE						
Reserva para reversão	10.793	10.793	10.793	10.793	10.793	10.793
Outros *	11	-	-	3.351	-	-
Total Não Circulante	10.804	10.793	10.793	14.144	10.793	10.793

* Referente a outros débitos de naturezas diversas

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia faz parte do Grupo Light, que inclui as empresas: Light Serviços de Distribuição S.A. (Light SESA), Light Esco Prestação de Serviços S.A. (Light Esco), Itaocara Energia Ltda. (Itaocara Energia), Lightger S.A. (Light Ger), Light Soluções Ltda. (Light Soluções), Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (Instituto Light), Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (Lightcom), Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (Axxiom), CR Zongshen E-Power Fabricadora de Veículos S.A. (E-Power), Amazônia Energia Participações S.A (Amazônia Energia) e a Light S.A e tem como principais acionistas indiretos:

Grupo Controlador - Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, Luce Empreendimentos e Participações S.A e Rio Minas Energia Participações S.A. (RME) - Sociedade controlada pela Redentor Energia S.A.

Notas Explicativas

Segue resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos exercícios de 2012 e 2011:

Grupos Balanço	Contratos com o mesmo grupo (Objetivos e características do contrato)	Vínculo com a Light Energia	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
			31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de compromisso de compra de energia elétrica da Light Energia com a CEMIG.	CEMIG	2.327	2.278	-	-	21.191	20.516	-	-
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light Energia com CEMIG.	CEMIG	12	11	-	-	-	127	-	-
Cliente	<u>Contrato estratégico</u> Compromisso de venda de energia elétrica pela Light Energia para a Light Esco.	Light Esco	18.672	4.381	-	-	102.033	57.050	-	-
Cliente	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de compromisso de compra de energia elétrica da Light Energia com a Light SESA.	Light SESA	2.600	2.654	-	-	20.944	20.538	-	-
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Light Energia com a Light SESA.	Light SESA	-	-	1.517	1.899	-	-	17.301	15.769
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light Energia com Light SESA.	Light SESA	378	254	-	-	2.320	2.046	-	-
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Compromisso com encargos de conexão da Light Energia com a Light SESA.	Light SESA	134	252	-	-	2.095	2.002	-	-
Outros débitos	<u>Contrato estratégico</u> Aluguel de parte do edifício pertencente a Light SESA à Light Energia e plano de pensão em virtude da desverticalização do setor em 2005. O valor atual por mês do aluguel é de R\$29. O contrato é resultante da desverticalização (Lei nº 10.848 de 15.03.2004) e prevê reajuste anual de acordo com o IGPM.	Light SESA	-	-	10.959	10.544	-	-	348	335
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de compromisso de compra de energia elétrica da LightGer com a Light Energia.	LightGer	-	-	-	-	-	-	6.077	-
Empréstimo e Financiamento	<u>Empréstimo</u> 17,61% dos empréstimos registrados na Light SESA em contrapartida da alienação de bens e direitos à Light Energia de acordo com o projeto de desverticalização (Lei nº 10.848 de 15.03.2004). A taxa de juros equivale ao mix de dívidas desta com terceiros.	Light SESA	-	-	101.553	192.156	-	-	16.485	27.576
Benefício Pós-emprego	<u>Plano Previdenciário</u> Fundação de Seguridade Social - BRASLIGHT Decorrente do projeto de desverticalização da Light SESA e proporcional aos funcionários ativos alocados às atividades de geração e transmissão de energia elétrica.	BRASLIGHT	-	-	20.282	11.384	-	-	1.353	1.801

Notas Explicativas

Segue quadro resumo dos contratos firmados com partes relacionadas:

Grupos Balanço	Contratos com o mesmo grupo (Objetivos e características do contrato)	Vínculo com a Light Energia	Valor Original	Data	Data de vencimento ou prazo	Condições de rescisão ou término	Saldo remanescente 31/12/2012
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de compromisso de compra de energia elétrica da Light Energia com a CEMIG.	CEMIG	156.239	Jan / 2005	Dez / 2013	-	35.339
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light Energia com CEMIG.	CEMIG	-	Dez / 2002	Indeterminado	-	12
Cliente	<u>Contrato estratégico</u> Compromisso de venda de energia elétrica pela Light Energia para a Light Esco.	Light Esco	7.268.928	Jan / 2011	Dez / 2026	-	7.198.107
Cliente	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de compromisso de compra de energia elétrica da Light Energia com a Light SESA.	Light SESA	137.951	Jan / 2006	Dez / 2015	-	34.344
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Cobrança do encargos de uso de sistema de distribuição da Light SESA com a Light Energia.	Light SESA	-	Nov / 2003	Indeterminado	-	1.517
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light Energia com Light SESA.	Light SESA	-	Dez / 2002	Indeterminado	-	378
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Compromisso com encargos de conexão da Light Energia com a Light SESA.	Light SESA	-	Dez / 2005	Indeterminado	-	134
Outros débitos	<u>Contrato estratégico</u> Aluguel de parte do edifício pertencente a Light SESA à Light Energia e plano de pensão em virtude da desverticalização do setor em 2005. O valor atual por mês do aluguel é de R\$29. O contrato é resultante da desverticalização (Lei nº 10.848 de 15.03.2004) e prevê reajuste anual de acordo com o IGPM.	Light SESA	-	Jan / 2006	Indeterminado	-	10.959
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de compromisso de compra de energia elétrica da LightGer com a Light Energia	LightGer (Controlada em Conjunto)	217.213	Dez / 2010	Jun / 2028	-	206.194
Empréstimo e Financiamento	<u>Empréstimo</u> 17,61% dos empréstimos registrados na Light SESA em contrapartida da alienação de bens e direitos à Light Energia de acordo com o projeto de desverticalização (Lei nº 10.848 de 15.03.2004). A taxa de juros equivale ao máx de dívidas desta com terceiros.	Light SESA	524.736	Dez / 2005	Jan/2015	-	101.553
Benefício Pós-emprego	<u>Plano Previdenciário</u> Fundação de Seguridade Social - BRASLIGHT Decorrente do projeto de desverticalização da Light SESA e proporcional aos funcionários ativos alocados às atividades de geração e transmissão de energia elétrica.	BRASLIGHT	9.618	Dez / 2005	Jun / 2026	Até o término	20.282

A Companhia possui compromisso de compra de energia de 400 MW de capacidade instalada de energia proveniente de projetos do portfólio de sua controlada em conjunto Renova Energia S.A., sendo 200 MW disponibilizados a partir de 2015 e 200 MW a partir de 2016.

A controlada em conjunto Renova Energia S.A. contratou junto à Light ESCO serviços de intermediação de operações de comercialização de energia, nos quais o valor referente à comissão foi de R\$7.500.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas de acordo com os contratos entres as partes.

Notas ExplicativasRemuneração dos Administradores

Política de Remuneração da Diretoria:

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício de 2012.

Conselho de Administração	
Remuneração fixa	100%
Diretoria	
Remuneração fixa	58%
Remuneração variável	32%
Outros	10%

Remuneração da Diretoria paga pela Companhia relativa ao exercício de 2012:

	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros *	5,00	5,00
Remuneração Fixa do exercício	555	555
Salário ou Pró-labore	339	339
Benefícios diretos e indiretos	11	11
Outros ⁽¹⁾	205	205
Remuneração variável do exercício	306	306
Bônus	306	306
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	98	98
Valor total da remuneração por órgão	959	959

⁽¹⁾ Inclui encargos da Previdência Oficial e FGTS

Remuneração anual média da Diretoria relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

2012	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros *	5,00	5,00
Valor da maior remuneração individual	232	232
Valor da menor remuneração individual	107	107
Valor médio da remuneração individual	192	192

* número de membros calculado através da média ponderada do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas

A remuneração total dos administradores no consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$2.273.

A controlada em conjunto Renova Energia possui plano de opção de ações instituído em que, na data de 31 de dezembro de 2012, 2.805.558 ações já tinham sido outorgadas e integralizadas no capital social da Companhia, na proporção de uma ação ordinária e duas ações preferenciais (unit), ao valor de R\$0,34 por unit, pelos administradores da Renova Energia. A Renova tem ainda 187.500 ações, na proporção de uma ação ordinária e duas ações preferenciais, outorgadas aguardando o período de vesting. Ainda restam 2.707.794 ações não outorgadas e integralizadas no capital social da Renova Energia, na proporção de uma ação ordinária e duas ações preferenciais. Durante o ano de 2012, 600.621 ações foram exercidas e integralizadas.

Plano de Opção de Compra de Ações da controlada em conjunto Renova Energia S.A.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Companhia está representado por 77.421.581 (77.421.581 em 31 de dezembro de 2011 e 77.421.581 em 1º de janeiro de 2010) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, de propriedade da Light S.A.

	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
	Quantidade de ações	% Participação	Quantidade de ações	% Participação	Quantidade de ações	% Participação
Acionistas						
Light S.A.	77.421.581	100	77.421.581	100	77.421.581	100
Total	<u>77.421.581</u>	<u>100</u>	<u>77.421.581</u>	<u>100</u>	<u>77.421.581</u>	<u>100</u>

b) Reserva de Lucros

- Reserva Legal - Constituída à base de 5% do Lucro Líquido do exercício, conforme legislação em vigor. Em 2012, não foi constituída por já ter atingido os limites legais.

- Reserva de Retenção de Lucros - Constituída com parcela do lucro líquido do exercício remanescente após as destinações com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, e posteriormente a ser aprovado em Assembleia Geral.

c) Ajuste de Avaliação Patrimonial

São reconhecidos os efeitos do ajuste a valor justo do ativo imobilizado registrado na data de transição da adoção dos novos pronunciamentos contábeis em 1º de janeiro de 2009, e os ganhos e perdas atuariais decorrentes dos fundos de pensão com benefício definido, líquidos de efeitos de impostos diretos. A medida que os itens forem realizados os valores registrados nessa conta serão transferidos para a conta de lucros ou prejuízos acumulados.

Notas Explicativas

22. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, limitados a 50% do resultado do exercício.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 11 de abril de 2012, foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais propostos com base no resultado apurado em 31 de dezembro de 2011 e referente à reserva de lucros existente no balanço em 31 de dezembro 2011, totalizando o montante de R\$44.847, pagos em 31 de outubro de 2012.

Em 21 de setembro de 2012 a Administração aprovou, o pagamento de Juros sobre Capital Próprio aos acionistas, no valor bruto de R\$4.469, com a incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte de 15%, a serem pagos até 30 de abril de 2013.

Em 11 de outubro de 2012, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$110.790, sendo R\$60.815 relativos ao resultado do período de janeiro a junho de 2012, e R\$49.975 relativos a reserva de lucros existente no balanço de 31 de dezembro de 2011.

Em 14 de dezembro de 2012 o Conselho de Administração aprovou, por unanimidade o pagamento de Juros sobre Capital Próprio aos acionistas, no valor bruto de R\$1.446, com a incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte de 15%, a serem pagos até 30 de abril de 2013 e dividendos intermediários considerando o lucro apurado de janeiro a setembro de 2012, no montante de R\$57.551, que foram pagos em 27 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas

Os dividendos propostos originalmente no encerramento de cada um dos exercícios foram calculados como se segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	133.706	90.750
Absorção de prejuízo	(482)	-
	133.224	90.750
Reserva Legal	-	(4.537)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	133.224	86.214
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	33.306	21.553
Lucro líquido apurado até 30 de setembro	107.212	66.365
JCP declarados em setembro	(4.469)	-
Dividendos intermediários deliberados sobre balanço intermediário de setembro	(60.815)	-
Sub total	41.928	66.365
Lucro líquido apurado no quarto trimestre	26.494	24.385
JCP declarados em dezembro	(1.446)	(5.575)
Dividendos intermediários	(57.551)	(60.791)
Constituição de reserva legal sobre o lucro do exercício	-	(4.537)
Prejuízos acumulados decorrentes de mudança de prática contábil	(482)	-
Transferência de ganhos/perdas atuariais reconhecidos em resultados abrangentes	(5.846)	-
Dividendos adicionais propostos	(23.897)	(19.847)
Realização de ajuste avaliação patrimonial	20.800	-
Lucros retidos	-	-

A formação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	4.738	R\$/ação
Dividendos e juros sobre capital próprio		
Deliberados na AGO de 11/04/2012	44.847	0,58
JCP declarados 21/09/2012	4.469	0,06
Dividendos intermediários 21/09/2012	110.790	1,43
Dividendos intermediários 14/12/2012	57.551	0,74
JCP declarados 26/11/2012	1.446	0,02
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(887)	
Pagos no período	(217.926)	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	5.028	

Notas Explicativas

23. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Programa de Participação nos Lucros e Resultados, implantado em 1997, é corporativo e está atrelado principalmente ao resultado de Lucro Líquido e EBITDA consolidado da Companhia. O pagamento é composto por duas partes, sendo uma fixa e outra variável. O Programa vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos empregados na melhoria dos resultados operacionais da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo provisionado de participação nos lucros ou resultados da Companhia era de R\$1.485 (R\$1.632 em 31 de dezembro de 2011), com pagamento previsto para abril de 2013.

24. LUCRO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per Share*), a tabela a seguir concilia o lucro líquido do período com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Segue abaixo o cálculo do lucro básico por ação consolidado:

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011 Reapresentado
NUMERADOR		
Lucro líquido do exercício	133.706	89.760
DENOMINADOR		
Média ponderada do número de ações ordinárias	77.421.581	77.421.581
Lucro básico por ação ordinária em R\$	<u>1,73</u>	<u>1,16</u>

Segue abaixo o cálculo do lucro diluído por ação, que considera os efeitos de diluição decorrentes do plano de opções de ações da controlada em conjunto Renova Energia:

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011 Reapresentado
NUMERADOR		
Lucro líquido do exercício	133.706	89.760
Efeito dilutivo do plano de opções de ações da Renova Energia	(3.962)	(4.529)
Lucro líquido do exercício	129.744	85.231
DENOMINADOR		
Média ponderada do número de ações ordinárias	77.421.581	77.421.581
Lucro diluído por ação ordinária em R\$	1,68	1,10

O cálculo contempla os fatos descritos na nota explicativa 23.

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Suprimento de Energia	452.245	366.638	483.233	366.638
Arrendamentos e alugueis	2.768	3.076	2.799	6.464
Receita de Uso da Rede	6.316	5.677	6.316	5.677
RECEITA BRUTA	461.329	375.391	492.348	378.779
PIS / COFINS	(37.838)	(32.770)	(38.867)	(32.894)
Outros	(57)	(67)	(57)	(67)
IMPOSTOS SOBRE RECEITA	(37.895)	(32.837)	(38.924)	(32.961)
Encargos do Consumidor - RGR	(9.288)	(6.720)	(9.288)	(6.720)
EPE - Empresa de Pesquisa Energética	(816)	(663)	(816)	(663)
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento	(1.632)	(1.329)	(1.632)	(1.329)
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	(1.632)	(1.328)	(1.632)	(1.328)
ENCARGOS DO CONSUMIDOR	(13.368)	(10.040)	(13.368)	(10.040)
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(51.263)	(42.877)	(52.292)	(43.001)
RECEITA LÍQUIDA	410.066	332.514	440.056	335.778

Notas Explicativas**26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

Natureza do Gasto	Controladora					
	Custo do Serviço		Despesas Operacionais		2012	2011
	Com Energia	De Operação	Gerais e Admin	Outras receitas (despesas) operacionais		
Encargos uso de rede (nota 27)	(34.348)	-	-	-	(34.348)	(17.606)
Pessoal	-	(14.674)	(8.246)	-	(22.920)	(23.087)
Material	-	(851)	(154)	-	(1.005)	(1.052)
Serviços de terceiros	-	(11.840)	(5.994)	-	(17.834)	(17.348)
Depreciação e amortização	-	(55.697)	(265)	-	(55.962)	(56.939)
Provisão Para Contingências	-	-	(1.195)	-	(1.195)	(1.286)
Encargos	-	-	(21.467)	-	(21.467)	(21.187)
Outras	-	(1.187)	(7.235)	(1.400)	(9.822)	(6.031)
Total	(34.348)	(84.249)	(44.556)	(1.400)	(164.553)	(144.536)

Natureza do Gasto	Consolidado					2012	2011
	Custo do Serviço		Despesas Operacionais				
	Com Energia	De Operação	Gerais e Admin	Outras receitas (despesas) operacionais *			
Encargos uso de rede (nota 27)	(42.050)	-	-	-	(42.050)	(18.761)	
Pessoal	-	(14.674)	(10.625)	-	(25.299)	(23.784)	
Material	-	(851)	(154)	-	(1.005)	(1.052)	
Serviços de terceiros	-	(11.840)	(10.511)	-	(22.351)	(18.634)	
Depreciação e amortização	-	(55.697)	(7.790)	-	(63.487)	(56.984)	
Provisão Para Contingências	-	-	(1.195)	-	(1.195)	(1.286)	
Encargos	-	-	(21.467)	-	(21.467)	(21.187)	
Outras	-	(1.187)	(9.480)	20.337	9.670	(7.025)	
Total	(42.050)	(84.249)	(61.222)	20.337	(167.184)	(148.713)	

* Inclui ganho no montante de R\$15.912 após a entrada da BNDESPAR no capital social da controlada em conjunto Renova Energia S.A. (Vide nota 10).

27. ENCARGOS DE USO DA REDE E ENERGIA COMPRADA

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Encargos uso de rede de distribuição – CUSD	18.011	17.606	18.011	18.761
Energia de curto prazo (SPOT)	6.399	-	6.399	-
Leilão de energia	9.938	-	17.640	-
Total	34.348	17.606	42.050	18.761

Notas Explicativas**28. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011 Reapresentado	2012	2011 Reapresentado
RECEITA				
Rendimento sobre aplicações financeiras	6.348	10.488	11.046	14.206
Outras receitas financeiras	624	748	2.329	(817)
	<u>6.972</u>	<u>11.236</u>	<u>13.375</u>	<u>13.389</u>
DESPESA				
Atualização de provisão para contingências	-	(10)	-	(10)
Despesas com passivos tributários	-	(338)	-	(338)
Encargos de dívida	(80.191)	(66.726)	(91.328)	(67.671)
Operações de swap	(4.527)	-	(4.527)	-
Variação cambial	(842)	-	(842)	-
Outras despesas financeiras	(1.652)	(1.120)	(1.824)	(709)
	<u>(87.212)</u>	<u>(68.194)</u>	<u>(98.521)</u>	<u>(68.728)</u>
RESULTADO FINANCEIRO	<u>(80.240)</u>	<u>(56.958)</u>	<u>(85.146)</u>	<u>(55.339)</u>

Notas Explicativas**29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS**

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Controladora					
	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	54.883	54.883	51.979	51.979	87.395	87.395
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	-	-	1.268	1.268	1.282	1.282
Concessionárias e permissonárias (nota 6)	63.138	63.138	43.325	43.325	46.145	46.145
Servios prestados	514	514	1.183	1.183	112	112
Outros créditos	1.761	1.761	1.439	1.439	1.661	1.661
Total	120.296	120.296	99.194	99.194	136.595	136.595
PASSIVO						
Fornecedores (nota 13)	15.730	15.730	17.934	17.934	23.990	23.990
Empréstimos e Financiamentos (nota 14)	312.579	223.771	213.848	213.848	314.824	314.824
Debêntures (nota 15)	640.411	727.660	594.245	594.245	-	-
Dividendos e JCP a pagar	5.028	5.028	4.738	4.738	21.066	21.066
Swap (nota 29)	4.527	4.527	-	-	-	-
Outros débitos (nota 19)	30.374	30.374	30.804	30.804	29.847	29.847
Total	1.008.649	1.007.090	861.569	861.569	389.727	389.727

ATIVO	Consolidado					
	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	191.968	191.968	153.415	153.415	88.393	88.393
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	-	-	1.268	1.268	1.282	1.282
Concessionárias e permissonárias (nota 6)	67.832	67.832	44.655	44.655	46.145	46.145
Servios prestados	514	514	1.183	1.183	112	112
Outros créditos	18.429	18.429	5.099	5.099	1.661	1.661
Total	278.743	278.743	205.620	205.620	137.593	137.593
PASSIVO						
Fornecedores (nota 13)	57.947	57.947	22.998	22.998	23.990	23.990
Empréstimos e Financiamentos (nota 14)	576.571	487.762	444.539	444.539	314.824	314.824
Debêntures (nota 15)	740.684	827.380	594.245	594.245	-	-
Dividendos e JCP a pagar	5.028	5.028	4.738	4.738	21.066	21.066
Swap (nota 29)	4.527	4.527	-	-	-	-
Outros débitos (nota 19)	34.754	34.754	30.848	30.848	29.847	29.847
Total	1.419.511	1.373.089	1.097.368	1.097.368	389.727	389.727

Notas Explicativas

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009 que revogou a Deliberação nº 566/2008, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012, estão identificadas a seguir:

- Equivalentes de caixa

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários estão mensuradas ao seu valor justo na data do balanço.

- Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários estão mensuradas ao seu valor justo na data do balanço.

- Concessionárias e permissionárias (clientes)

São classificados como “empréstimos e recebíveis”, mensurados a custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas quando aplicável.

- Fornecedores

Contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

Estes saldos estão classificados como “passivo financeiro não mensurado ao valor justo” e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, que não divergem significativamente do valor justo.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures

São mensurados pelo “método do custo amortizado”. O valor justo foi calculado utilizando-se taxas de juros aplicáveis a instrumentos de natureza, prazos e riscos similares, ou com base nas cotações de mercado desses títulos. O valor justo para o financiamento do BNDES é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como “passivos financeiros não mensurados a valor justo”.

- Outros ativos e outros passivos

Outros ativos, classificados como “empréstimos e recebíveis” e “mantidos até o vencimento”, e outros passivos são mensurados a custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço ou sujeitos a provisão para perdas, quando aplicável.

- Swaps

São mensurados pelo valor justo. A determinação do valor justo foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis e a metodologia usual de precificação: para a ponta

Notas Explicativas

ativa (em dólares norte-americanos) a avaliação do valor nominal (nocional) até a data de vencimento e descontado a valor presente às taxas de cupom limpo, publicadas nos boletins da Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2012. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 31 de dezembro de 2012. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

a) Instrumentos Financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2012:

	Controladora			Consolidado			
	31/12/2012			31/12/2012			
ATIVO	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	796	54.087	54.883	4.680	187.288	-	191.968
Concessionárias e permissonárias (nota 6)	63.138	-	63.138	67.832	-	-	67.832
Serviços prestados	514	-	514	514	-	-	514
Outros créditos	1.761	-	1.761	3.102	-	23.835	26.937
Total	66.209	54.087	120.296	76.128	187.288	23.835	287.251
PASSIVO	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Total	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Total	
Fornecedores (nota 13)	15.730	-	15.730	57.947	-	57.947	
Empréstimos e Financiamentos (nota 14)	304.577	-	304.577	568.329	-	568.329	
Debêntures (nota 15)	624.498	-	624.498	723.587	-	723.587	
Dividendos e JCP a pagar (nota 22)	5.028	-	5.028	5.028	-	5.028	
Swap (nota 29)	-	4.527	4.527	-	4.527	4.527	
Outros débitos (nota 19)	30.374	-	30.374	34.754	-	34.754	
Total	980.207	4.527	984.734	1.389.645	4.527	1.394.172	

b) Política para utilização de derivativos

A Companhia possui uma política para utilização de instrumentos de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração que determina a proteção do serviço da dívida (principal mais juros e comissões) denominado em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses, vedando qualquer utilização de caráter especulativo, seja em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Em linha com o disposto na política, a Companhia não possui opções *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”. Ademais, fica evidenciado através do quadro anterior que a Companhia utiliza o *swap* cambial sem caixa (US\$ versus CDI), cujo Valor Nominal Contratado equivale ao montante de serviço da dívida denominada em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses.

Notas Explicativas

c) Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

A administração dos instrumentos de derivativos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em fiscalização permanente do cumprimento da política para utilização de derivativos, bem como acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Risco de Mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros, conforme pode ser evidenciado no quadro abaixo:

Composição da dívida (não inclui encargos financeiros):

	Controladora						Consolidado					
	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011		31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
USD	170.341	18,33	8.849	1,10	12.784	4,94	170.341	13,19	8.849	0,85	12.784	4,94
Moeda estrangeira (circulante e não circulante)	170.341	18,33	8.849	1,10	12.784	4,94	170.341	13,19	8.849	0,85	12.784	4,94
CDI	660.053	72,82	721.336	89,26	137.831	53,21	759.142	60,03	721.336	69,45	137.831	53,21
TJLP	52.072	3,83	52.075	6,44	79.452	30,68	292.079	21,33	52.075	5,01	79.452	30,68
BNDES - FINEM	46.609	5,02	25.833	3,20	28.940	11,17	46.609	3,61	189.188	18,21	28.940	11,17
OUTROS	-	-	-	-	-	-	23.745	1,84	67.336	6,48	-	-
Moeda nacional (circulante e não circulante)	758.734	81,67	799.244	98,90	246.223	95,06	1.121.575	86,81	1.029.935	99,15	246.223	95,06
Total geral (circulante e não circulante)	929.075	100	808.093	100	259.007	100	1.291.916	100	1.038.784	100	259.007	100

Em 31 de dezembro de 2012, de acordo com o quadro acima, o montante de dívida denominada em moeda estrangeira é de R\$170.341, ou 18,3% do principal da dívida (R\$8.849, equivalente a 1,1% em 31 de dezembro de 2011).

Para o montante de serviço da dívida em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, cujo valor nocional em 31 de dezembro de 2012 era de US\$79.998, de acordo com a política para utilização de instrumentos de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, se descontarmos esse montante do total da dívida em moeda estrangeira, não há exposição cambial.

A seguir, destacam-se algumas considerações e análises acerca dos fatores de riscos que impactam o negócio da Companhia:

- Risco de taxa de câmbio

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia é denominada em moeda estrangeira, esta se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) para proteção do serviço associado às tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses.

As operações de derivativos, compreendendo os swaps de moedas, apresentaram um perda de R\$4.527 no exercício de 2012. O valor líquido das operações de *swap* vigentes em 31 de dezembro de 2012, considerando o valor justo, é negativo em R\$4.527, conforme demonstrado nos quadros a seguir de *swap* de moeda:

Notas Explicativas

Swap de moeda

Instituição	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Notional Contratado (US\$)	Valor Justo Dez/12 (R\$) Ativa	Valor Justo Dez/12 (R\$) Passiva	Valor Justo Dez/12 (R\$) Saldo
Citibank	US\$+Libor+1,5988%	100% CDI + 1,10%	02/10/12	03/04/17	26.666	-	(1.410)	(1.410)
Citibank	US\$+Libor+1,5988%	100% CDI + 1,10%	02/10/12	02/10/17	26.666	-	(1.569)	(1.569)
Citibank	US\$+Libor+1,5988%	100% CDI + 1,10%	02/10/12	03/04/18	26.666	-	(1.548)	(1.548)
Totais					79.998	-	(4.527)	(4.527)

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 31 de dezembro de 2012. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2013. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 31 de dezembro de 2012. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia

Análise de sensibilidade da Taxa de Câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado e no patrimônio líquido:

Operação	Risco	R\$		
		Provável		
		<u>Cenário (I)</u>	<u>Cenário (II)</u>	<u>Cenário (III)</u>
PASSIVOS FINANCEIROS		(5.484)	(54.081)	(102.677)
Bib	USD	(2)	(14)	(25)
Par Bond	USD	(881)	(4.576)	(8.272)
Discount Bond	USD	(158)	(2.623)	(5.088)
C. Bond	USD	(147)	(628)	(1.108)
Citibank	USD	(4.296)	(46.240)	(88.184)
DERIVATIVOS				
Swaps de moedas	CDI	2.325	44.279	86.234
TOTAL		(3.159)	(9.802)	(16.443)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros			+25%	+50%
Cotação R\$/US\$		2,0500	2,5625	3,0750

- Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos e financiamentos da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras.

Notas Explicativas

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2013. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro em 2012, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2012. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado e no patrimônio líquido:

		R\$		
Operação	Risco	Provável		
		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS				
Aplicações Financeiras	CDI	14.955	18.695	22.435
		(86.685)	(103.942)	(121.038)
Debêntures 1ª Emissão	TJLP	(14.237)	(17.068)	(19.857)
Debêntures 2ª Emissão	TJLP	(34.068)	(41.067)	(47.961)
Debêntures 3ª Emissão	TJLP	(2.401)	(2.895)	(3.381)
BNDES Finem Indireto	TJLP	(445)	(505)	(565)
BNDES Direto TJLP	CDI	(412)	(480)	(547)
BNDES Direto TJLP+1%	CDI	(463)	(531)	(598)
BNDES Capex 2011/12	CDI	(1.904)	(2.251)	(2.593)
Renova - Empréstimos	TJLP	(26.937)	(32.409)	(37.881)
Renova - Debêntures	TJLP	(5.818)	(6.736)	(7.655)
TOTAL		(71.730)	(85.247)	(98.603)
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			+25 %	+50 %
CDI (% fim do exercício)		7,18%	8,98%	10,77%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			+25 %	+50 %
CDI (% fim do exercício)		7,18%	8,98%	10,77%
TJLP (% fim do exercício)		5,50%	6,88%	8,25%

- Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador.

Apresentamos no item “a” desta nota, um quadro resumo dos instrumentos financeiros por categoria, cuja informação contempla o risco de crédito máximo da Companhia.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos aos Grupos e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus *ratings*.

Notas Explicativas

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

A alocação de 100% da carteira da Companhia foi feita no Grupo 2 - Instituições Financeiras com Patrimônio Líquido maior ou igual a 7 bilhões; Rating Mínimo: AA (S&P e Fitch) ou Aaa (Moody's).

- Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados são apresentadas nas notas explicativas 15 e 16.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão das aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

A geração de caixa da Companhia e a baixa volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais são apresentadas conforme quadro abaixo:

Instrumentos a taxas de juros:	Consolidado				Total
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Pós Fixadas					
Empréstimos, financiamentos, debêntures	24.844	60.454	1.024.043	243.095	1.352.436
Pré-Fixadas					
Empréstimos, financiamentos, debêntures	845	48.398	87.663	205.361	342.267
Fornecedores	57.947	-	-	-	57.947
Swap	-	-	4.527	-	4.527

d) Gestão do Capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do acionista, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Capital consiste em capital social, reservas e lucros ou prejuízos acumulados.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Notas Explicativas

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011 Reapresentado	01/01/2011 Reapresentado	31/12/2012	31/12/2011 Reapresentado	01/01/2011 Reapresentado
Dívida de financiamentos e empréstimos	952.990	817.203	314.824	1.317.255	1.051.885	314.824
(-) Caixa e equivalentes de caixa	54.883	51.979	87.395	191.968	153.415	88.393
Dívida líquida	898.107	765.224	227.429	1.125.287	898.470	226.431
Patrimônio líquido	578.337	669.580	815.593	578.337	669.580	815.593
Índice de alavancagem financeira - %	39%	47%	78%	34%	43%	78%

e) Valor Justo Hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

		Consolidado		
		Mensuração do Valor Justo		
	31/12/2012	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2	Sem mercado ativo Nível 3
ATIVO				
Equivalentes de caixa (nota 4)	187.288	-	187.288	-
	187.288	-	187.288	-
PASSIVO				
Swap (nota 29)	4.527	-	4.527	-
	4.527	-	4.527	-

O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Notas Explicativas

30. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar:

Seguro de Riscos Operacionais - cobre os danos causados às Usinas Hidroelétricas e Termoelétricas, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, turbina a vapor, turbina a gás, geradores, caldeiras, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura “All Risks”, incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O) - Tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes do exercício das suas funções inerentes ao cargo ou posição como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.

Seguro de Responsabilidade Civil e Geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

Seguro Garantia Financeira – Comercialização de Energia e Judicial, Seguro Patrimonial – Compreensivo Empresarial (Imóveis Alugados), Seguro de Transporte Internacional – Importação, Seguro Viagem Corporativo e Seguro de Pessoas.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

A composição dos principais seguros considerada pela Administração é resumida conforme a seguir:

RISCOS	Data de Vigência		Importância Segurada	Prêmio Bruto (considerando Custo de apólice + IOF)
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	10/08/2012	10/08/2013	R\$40.350	R\$158
Responsabilidade Civil e Geral	25/09/2012	25/09/2013	R\$20.000	R\$855
Riscos Operacionais	31/10/2012	31/10/2013	R\$ 4.881.192	R\$1.856

* Limite Máximo de Responsabilidade (LMR) de R\$300.000 - Indenização

* Valor Total em Risco de R\$4.881.192

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão e consequentemente não foram revisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguro da controlada em conjunto Renova Energia S.A. são para Geração e Transmissão de energia. Devido à participação nos leilões LER 2009, 2010, LEN 2011 e construção dos parques eólicos.

Notas Explicativas

31. CONTRATOS DE LONGO PRAZO

Contratos de venda de energia elétrica consolidado

A Companhia possui compromissos de venda de energia com posição em MW médio, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Energia contratada Total (MW médio)
2013	555,9
2014	587,3
2015	561,0
2016	561,0
2017	561,0
2018	561,0
2019	561,0
2020	530,7
2021	530,7
2022	530,7
2023	530,7
2024	530,7
2025	530,7
2026	530,7
2027	48,1
2028	48,1
2029	42,8
2030	42,8
2031	42,8
2032	42,8
2033	38,2
2034	2,0

Notas Explicativas

32. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante o exercício de 2012, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Encargos financeiros capitalizados	-	-	6.868	9.592
Aquisição de ativo imobilizado em contrapartida a fornecedor	-	-	43.088	-
Dividendos/JCP de a pagar	5.028	4.738	5.028	4.738
Efeitos oriundos de aquisições/diluição de participação:				
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(33.457)	243.814
Aquisição de ativo intangível	-	-	18.362	296.344
Captação de empréstimos	-	-	35.113	(210.331)
Constituição de IR diferido passivo	-	-	(4.589)	(99.632)
Aquisição de outros ativos e passivos	-	-	(771)	4.041

33. QUESTÕES AMBIENTAIS

Dentre as ações mais relevantes desempenhadas pela Companhia que visam garantir a qualidade ambiental, destacamos as seguintes:

✓ Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)

A Companhia iniciou o levantamento da emissão de gases de efeito estufa referente às suas atividades realizadas em 2006. A partir desse levantamento estipulou-se uma meta de redução anual das emissões de GEE, que tem sido alcançada e até superada tendo em vista os esforços empenhados para tornar os processos mais eficientes (com menor geração de resíduos e gases).

✓ Projeto Jogos Verdes

Lançado em junho de 2012, por meio de uma parceria do Grupo Light com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), o projeto Jogos Verdes investe na restauração florestal como forma de neutralizar a emissão de gases de efeito estufa durante Jogos Olímpicos de 2016. A iniciativa prevê, até a realização das Olimpíadas, o plantio de 1.200 hectares de espécies nativas no Complexo de Ribeirão das Lajes, inserido no Corredor de Biodiversidade Tinguá-Cunhambebe. Além de amenizar o efeito estufa e as consequências das mudanças climáticas, o projeto tem a perspectiva de promover a conservação do meio ambiente, aliada à geração de emprego e renda para a comunidade local, envolvida nas ações desde o início.

✓ Gestão de Resíduos

Empresas especializadas são contratadas para garantir a destinação correta de todos os resíduos gerados pela Companhia, incluindo perigosos e recicláveis. Na manutenção das usinas do Parque Gerador, por exemplo, tivemos uma redução 60% dos gastos em destinação de resíduos com a contratação de empresa especializada no fornecimento de toalhas laváveis e reutilizáveis, em substituição aos panos e estopas que eram utilizados uma única vez. Com relação às atividades da Distribuidora, contamos com um contrato que garante o reaproveitamento dos equipamentos em desuso retirados da rede de energia elétrica, o que permite enorme diminuição no consumo de recursos naturais e geração de resíduos.

Notas Explicativas

✓ Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e Sistema de Gestão Integrado (SGI)

A Companhia possui atualmente 270 sites certificados pela ISO 14001, norma esta que estabelece critérios para a Gestão Ambiental. A Light Energia, por sua vez, possui tripla certificação – Qualidade, Saúde e Segurança e Meio Ambiente de todo Parque Gerador em operação. Dentre os empreendimentos certificados em Sistema de Gestão Ambiental (SGA) estão subestações de energia elétrica, linhas de distribuição aérea e subterrânea 138 kV, e usinas hidrelétricas. O SGA da Companhia permite o gerenciamento dos aspectos e impactos ambientais advindos das atividades listadas, bem como o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, a conscientização e o treinamento em meio ambiente dos colaboradores, entre outros. A manutenção de um sistema com tal conjuntura exige uma série de investimentos para evitar possíveis não conformidades.

✓ Programa de Recuperação de Áreas Degradadas

Iniciado em 1992, possui metas anuais de 50 hectares de plantio e 300 hectares de manutenção de áreas plantadas no entorno dos reservatórios da Light, contribuindo diretamente para a biodiversidade local e regional. Em 2012, a Companhia superou essas metas realizando plantio em 65 hectares e manutenção em 353 hectares de áreas reflorestadas e florestas remanescentes da Mata Atlântica.

✓ Manejo de Macrófitas Aquáticas

A vegetação aquática que se forma ao longo dos reservatórios pode causar sérios problemas na geração da energia, no controle de cheias e aos múltiplos usos da água, exigindo um grande investimento para controlar seu crescimento populacional. Diante desse passivo, comum ao setor elétrico, a Companhia pesquisa há 13 anos, junto à UNESP de Jaboticabal, alternativas para o manejo sustentável da biomassa destas plantas que é retirada diariamente nos reservatórios de Santana e Vigário. Uma destas alternativas consiste em transformar esta biomassa num ativo ambiental, através de sua compostagem, que resulta num composto rico em nutrientes como N e P de elevada eficácia na adubação orgânica de suas áreas de reflorestamento. A atual medida neste sentido é o processo de licenciamento ambiental para implantação de uma usina modelo de compostagem no Município de Pirai.

Responsabilidade socioambiental

✓ Light Recicla

Iniciado em agosto de 2011, o Light Recicla promove a troca de material reciclável por desconto na conta luz. Uma alternativa para pagamento das contas que se constitui em uma ação socioambiental e de geração de renda, incentivando a participação em coleta seletiva. É destinado para clientes moradores de áreas onde o projeto esta presente. Moradores de outros locais podem doar seu material reciclável para credito nas contas de luz de 28 instituições sociais cadastradas no projeto.

Notas Explicativas

✓ Comunidade Eficiente

O projeto promove a utilização racional de energia elétrica para famílias cadastradas na Tarifa Social. Entre suas diversas ações, temos a troca de lâmpadas incandescentes por fluorescentes, troca de geladeiras antigas por novas com Selo Procel, visitas educativas e plantões de atendimento local.

Além destas iniciativas, temos o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos que é uma contribuição da Companhia, em parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, para o aprimoramento da cultura da região. É um equipamento cultural e natural de caráter perene, que oferece um programa educativo voltado ao público infanto-juvenil. De forma lúdica e didática temas como Meio Ambiente, História e Patrimônio Cultural são apresentados. O espaço está dentro de uma área de preservação ambiental da Mata Atlântica. Além do perímetro de visitação o parque soma 930 mil m² por áreas de mata e água. Aberto ao público desde 2011 mostrou ser de fato necessário e importante para a região do Vale do Paraíba Fluminense. Em 2012, o número de visitas ultrapassou o quantitativo do ano anterior em aproximadamente 30%; cerca de 9.000 pessoas estiveram no Parque sendo que 50% deste total foram de visitas turísticas espontâneas, os demais foram pelo programa educativo ou motivado pelos 15 eventos que aconteceram no período. Este movimento crescente e atipicamente efervescente para a região demonstra que o empreendimento é um propulsor para o desenvolvimento econômico do entorno. Em exposição positiva, nas mídias espontâneas, o Parque também superou expectativas. Em 2012 a iniciativa obteve mais de R\$ 1.200 em equivalência publicitária contra R\$750 investidos para que o Parque cumprisse com toda sua programação.

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****EFETIVOS**

Sérgio Alair Barroso
 Humberto Eustáquio César Mota
 Raul Belens Jungmann Pinto
 Maria Estela Kubitscheck Lopes
 Djalma Bastos de Moraes
 José Carlos Aleluia Costa
 Rutelly Marques da Silva
 Luiz Carlos da Silva Cantídio Junior
 Carlos Alberto da Cruz

SUPLENTES

Luiz Fernando Rolla
 César Vaz de Melo Fernandes
 Fernando Henrique Schuffner Neto
 Carmen Lúcia Claussen Kanter
 Wilson Borrajo Cid
 José Augusto Gomes Campos
 Vago
 Marcelo Pedreira de Oliveira
 Magno dos Santos Filho

DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo Roberto Ribeiro Pinto
 Diretor Presidente

João Batista Zolini Carneiro
 Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Evandro Leite Vasconcelos
 Diretor de Energia e
 Diretor de Desenvolvimento de Negócios (Interinamente)

Andreia Ribeiro Junqueira e Souza
 Diretora de Gente

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA

Roberto Caixeta Barroso
 Superintendente de Controladoria
 CPF 013.011.556-83
 CRC-MG 078086/O-8

Suzanne Lloyd Gasparini
 Contadora - Gerente de Contabilidade
 CPF 081.425.517-56
 CRC-RJ 107359/O-0

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**a) Composição Acionária**

a.1) Acionistas com mais de 5% das Ações da **Light ENERGIA**, em 31 de dezembro de 2012:

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

	31/12/2012		31/12/2011	
	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES ORDINÁRIAS	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Light S.A.	77.421.581	100,00	77.421.581	100,00
Total	<u>77.421.581</u>	<u>100,00</u>	<u>77.421.581</u>	<u>100,00</u>

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Light Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Light Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Light Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Light Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e,

em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e ao balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram seu relatório em 25 de março de 2013, sem ressalvas e contendo parágrafos de ênfase, sem modificação da sua opinião, referentes: (i) à diferença na avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais, enquanto que, para fins de IFRS, seria custo ou valor justo; e (ii) reemissão do relatório dos auditores independentes anteriormente emitido, em função das demonstrações financeiras terem sido reapresentadas conforme nota explicativa nº 3, item t.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2013.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Antônio Carlos Brandão de Sousa
Auditores Independentes Contador
CRC- nº 2SP 011.609/O-8-“F” RJ CRC 1RJ 65.976/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012 e sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Paulo Roberto Ribeiro Pinto
Diretor Presidente

João Batista Zolini Carneiro
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Andreia Ribeiro Junqueira e Souza
Diretora de Gente

Paulo Carvalho Filho
Diretor de Gestão Empresarial

Evandro Leite Vasconcelos
Diretor de Energia e Diretor de Desenvolvimento de Negócios (interinamente)

José Humberto Castro
Diretor de Distribuição

Fernando Antônio Fagundes Reis
Diretor Jurídico

Luiz Otávio Ziza Mota Valadares
Diretor de Comunicação

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012 e sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Paulo Roberto Ribeiro Pinto
Diretor Presidente

João Batista Zolini Carneiro
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Andreia Ribeiro Junqueira e Souza
Diretora de Gente

Paulo Carvalho Filho
Diretor de Gestão Empresarial

Evandro Leite Vasconcelos
Diretor de Energia e Diretor de Desenvolvimento de Negócios (interinamente)

José Humberto Castro
Diretor de Distribuição

Fernando Antônio Fagundes Reis
Diretor Jurídico

Luiz Otávio Ziza Mota Valadares
Diretor de Comunicação